

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

FLÁVIA WERNER SCHOLZ

**QUAL NUDEZ SERÁ CASTIGADA?
COMUNICAÇÃO DE RESISTÊNCIA NO ENFRENTAMENTO A PORNOGRAFIA
NÃO CONSENSUAL**

CURITIBA

2016

FLÁVIA WERNER SCHOLZ

**QUAL NUDEZ SERÁ CASTIGADA?
COMUNICAÇÃO DE RESISTÊNCIA NO ENFRENTAMENTO A PORNOGRAFIA
NÃO CONSENSUAL**

Apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná do curso de Comunicação Social, habilitação em Relações Públicas. Orientado pela Prof.^a Dr.^a Regiane Ribeiro

CURITIBA

2016

A todas as mulheres.

AGRADECIMENTOS

À Dorotéia, que através de seu exemplo, me mostrou a importância da coragem e da resiliência. Pelo amor expresso nas pequenas e grandes coisas. Pelas alegrias e tristezas compartilhadas, pelos abraços, incentivos e por todo o cuidado. Meu amor não cabe em palavras e muito menos em meu coração, eu te amo e muito obrigada. Transbordo felicidade por ter você em minha vida.

Ao Rene, por todo o suporte e amor. Pelas pequenas coisas que, na verdade, são imensas. Por ir dormir só depois da minha chegada, por sair no frio, por me ajudar em todas as manutenções necessárias para manter minha vida correndo bem. Exemplo de persistência e honestidade. Obrigada por tantos ensinamentos e carinhos. Te amo!

À Luciana por fazer minha vida ser infinitamente mais linda. Obrigada pela cumplicidade, compreensão e pelas conversas noturnas que enchem meu coração de amor. Ao Renato e ao Júlio que preenchem minha rotina com alegria e ensinamentos. Sigo aprendendo muito sobre o mundo e sobre a vida com vocês. Obrigada pela ajuda e por todo amor.

À Zélia e Sylvia, que através das palavras, dos fios, das plantas, das alegrias e das dores me mostraram o que é ser mulher. Todo meu amor a vocês, avós e anjos da minha vida.

À Mirna, pelo carinho expresso através dos ajustes, palavras e marcações coloridas.

Ao Daniel por ter sido parceiro em tantos momentos. Minha graduação não teria sido tão bonita sem você. Obrigada!

Aos meus amigos e amigas, toda minha gratidão. Não existem palavras capazes de expressar meu amor por tantas alegrias, aprendizados e momentos lindos que

partilhamos. Diariamente espero conseguir demonstrar o quanto cada um de vocês é importante para mim.

À minha orientadora Regiane Ribeiro pela atenção, amizade e auxílio durante toda minha graduação, mas principalmente, para desenvolver este trabalho.

Ao Toni, Izzy e às minhas amigas, que assim como eu, são metade brasileiras, metade moçambicanas. Kanimambo!

Por fim, à Universidade Federal do Paraná, por ter me proporcionado experiências únicas, por ter contribuído com minha formação pessoal e profissional e por ter me feito, entre tantas outras coisas, uma pessoa melhor, determinada a fazer do mundo um lugar mais justo.

“Eu estou com raiva. A construção de gênero do modo como funciona atualmente é uma grave injustiça. Todos nós deveríamos estar com raiva. Esse sentimento, a raiva, é importante historicamente para as transformações sociais positivas, mas além de estar com raiva eu também estou esperançosa porque eu acredito profundamente na habilidade dos humanos de se reinventarem e se tornarem melhores”

Chimamanda Ngozi Adichie

RESUMO

O trabalho tem como objetivo compreender o recente fenômeno intitulado Pornografia não consensual, Pornografia de Vingança ou Pornografia de Revanche derivados do termo em inglês *Porn Revenge* e sua relação com a mídia. Serão abordadas questões de gênero e sexualidade, uma vez que este fenômeno e suas consequências estão intimamente ligados à cultura do estupro, a discursos opressivos, a pudorização do corpo e à opressão da sexualidade feminina. Discute-se a potencialização do fenômeno através das mídias e sua utilização na contramão da construção de uma sociedade mais igualitária. E por fim propõe a comunicação de resistência que será apresentada como possibilidade de intervenção e transformação dos processos acerca da culpabilização da vítima e do contínuo monitoramento da sexualidade feminina pelo sistema patriarcal. Os resultados demonstram que as estratégias de resistência se configuram como formas do empoderamento feminino e como uma nova voz contra os discursos hegemônicos que continuam perpetuando e criando novas formas de violência de gênero.

Palavras chave: Gênero. Sexualidade. Pornografia não consensual. Comunicação de resistência.

ABSTRACT

The following work aims to understand the recent phenomenon entitled Revenge Porn, known in Portuguese as "Pornografia de Vingança/Revanche", and its relation to the media. Matters of gender and sexuality will be approached, considering that this phenomenon and its consequences are intimately connected to rape culture, oppressive discourse, shaming of the body and oppression towards the female sexuality. This research also discusses the potentiation of said phenomenon through media and its counteractive effect on the building of a more equal society. Finally, it proposes the resistance communication, which will be presented as a possibility of an intervention and transformation of the victim shaming and monitoring of the female sexuality processes by the patriarchal system. The results show that the resistance strategies configure themselves as forms of female empowerment and as a new voice against hegemonic discourses that continue to perpetuate and create new ways of gender violence.

Keywords: Gender. Sexuality. Nonconsensual pornography. Resistance communication.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Giana Laura em seu twitter horas antes de ter sido encontrada.	45
FIGURA 2 – Julia Rebeca em seu twitter pedindo desculpas à família antes de ser encontrada morta	46
FIGURA 3 – Página criada em homenagem a Julia Rebeca	46
FIGURA 4 – <i>Print-screen</i> das ameaças feitas pelo ex-namorado de uma jovem de Pernambuco.....	49
FIGURA 5 – Homem fazendo careta diante da pelve ensanguentada da garota que foi estuprada.....	50
FIGURA 6 – Foto das integrantes tirada pelo fotógrafo Guilherme Santana.....	70
FIGURA 7 - Tumblr Bucepower Gang.....	72
FIGURA 8 - Imagens enviadas para a conta de Tumblr da Bucepower Gang	74
FIGURA 9 - Imagens enviadas para a conta de Tumblr Bucepower Gang	75
FIGURA 10 - Imagens enviadas para a conta de Tumblr Bucepower Gang	76
FIGURA 11 - Imagens enviadas para a conta de Tumblr Bucepower Gang	77
FIGURA 12 - Emma Holten escovando os dentes no ensaio ' <i>Consent</i> '.....	83
FIGURA 13 - Emma Holten no ensaio ' <i>Consent</i> '.....	84

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Consequências da pornografia não consensual na vida das vítimas.....40

TABELA 2 - Principais dados das vítimas divulgados junto com a imagem/vídeo íntimo sem consentimento.....40

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. RELAÇÕES PÚBLICAS E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	16
3. PERSPECTIVAS DE GÊNERO	19
3.1 Simone de Beauvoir e a marginalização da mulher	19
3.2 Joan Scott: gênero e as relações de poder	27
3.3 Judith Butler e o desmantelamento da ordem compulsória	29
4. PORNOGRAFIA NÃO CONSENSUAL E OS SUSTENTÁCULOS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	32
4.1 Cultura do Estupro	32
4.2 Pornografia não consensual	36
4.3 Origem	41
4.4 Pornografia não consensual no Brasil.....	44
5. O PROCESSO DE MUDIATIZAÇÃO: USOS E ABUSOS	55
6. COMUNICAÇÃO DE RESISTÊNCIA: MEIO DE INTERVENÇÃO	60
7. METODOLOGIA	66
8. ANÁLISE DE CASOS	69
8.1 Bucepower Gang: Compartilhamento de nudes entre mulheres como forma de empoderamento feminino	71
8.2 Projeto Consent: A reivindicação do próprio corpo	78
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS.....	88
ANEXOS	93
ANEXO I - RESPOSTA DAS INTEGRANTES DA BUCEPOWER GANG	93
ANEXO II - DEPOIMENTO ENVIADO PARA BUCEPOWER GANG.....	94
ANEXO III - DEPOIMENTO ENVIADO PARA BUCEPOWER GANG.....	95
ANEXO IV - PERGUNTA ENVIADA PARA BUCEPOWER GANG	96
ANEXO V - PERGUNTA E RESPOSTA BUCEPOWER GANG.....	97
ANEXO VI - DEFINIÇÃO BUCEPOWER GANG E DEPOIMENTO.....	98
ANEXO VII - DEPOIMENTO ENVIADO PARA BUCEPOWER GANG	98

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda o fenômeno conhecido como *Revenge Porn*, traduzido para o português como “Pornografia de Vingança”, também denominado como “Pornografia Não Consensual”, que designa o ato de disseminar imagens ou vídeos íntimos, majoritariamente por parte da figura masculina, com o intuito de vingar-se da vítima (é relevante ressaltar que esta não é motivação exclusiva). A partir do entendimento sobre Pornografia não consensual, são discutidas questões que se correlacionam a prática, como o *Slut Shaming* que se caracteriza pela culpabilização da mulher, na qual há a intenção de fazê-la sentir-se inferior devido à (qualquer) prática de comportamento sexual desconsoante dos princípios e expectativas do patriarcado, o *Sexting* - junção das palavras inglesas *sex* (sexo) e *texting* (envio de mensagem de texto) que caracteriza o autorretrato ou vídeo erótico e o envio desses conteúdos a outras pessoas, em geral, pessoas de confiança, como amigo ou namorado. Tendo como ponto de partida a discussão de gênero como construção social, a sexualidade e a pornografia não consensual como sendo mais uma forma de violência contra as mulheres, a Comunicação de Resistência será apresentada como uma forma de empoderamento feminino, na qual, busca-se combater o machismo personificado nessas condutas.

Partindo do pressuposto de que tais práticas se potencializam a partir dos processos de midiaticização da sociedade que reforçam um discurso opressivo em relação à sexualidade feminina, pretende-se analisar e demonstrar como os processos de intervenção e resistência a este fenômeno podem se configurar como uma importante forma de reação e de que forma tais estratégias se constituem como uma possível voz contra os discursos hegemônicos que continuam perpetuando e criando novas formas de violência de gênero.

O trabalho se justifica por estar inserido na perspectiva das estratégias de comunicação, mais especificamente as estratégias de resistência como uma possibilidade de intervenção ao fenômeno estudado. A relação com as Relações Públicas se dá na potencialidade que a profissão deve ter no sentido de solucionar

problemas de interesse público, nesse caso, a opressão da sexualidade feminina a partir de estratégias não convencionais que podem se configurar como novas formas de participação, buscando o fim da violência de gênero na sociedade patriarcal.

A escolha do tema se deu devido a uma lembrança de um caso de pornografia não consensual que ocorreu no ensino médio. Dois meninos e uma menina, todos menores de idade, protagonizaram um ato sexual nas dependências da instituição. Um dos meninos filmou a ação e disponibilizou na internet. As recordações da época vão desde a chegada neste dia quando havia várias rodas formadas por alunos de diferentes idades assistindo ao vídeo, a forma como o assunto foi comentado durante semanas pelos estudantes e o enfoque dado ao tema nas redes sociais. Houve uma recusa, de minha parte, em participar daquela histeria coletiva, que trovejava julgamentos e recordo da dificuldade em nomear o sentimento de solidariedade que senti pela garota que foi rechaçada e intensamente exposta a piadas e ofensas. Os rapazes não foram chamados de vagabundos, vadios, oferecidos, safados, repugnantes, desprezíveis.

Após um contato mais amplo com rodas de discussão que tratavam temas relacionados às questões de gênero e ao contato com a obra de Simone de Beauvoir durante a graduação, descobri que o que eu senti durante a vida inteira sobre quem eu era e sobre as opressões pelas quais as mulheres são submetidas tinha um nome, descobri que era feminista. Observando que a comunicação era utilizada para disseminar tantos discursos negativos acerca das mulheres, esta também deveria ser usada na busca pela emancipação feminina, e foi a partir de um anseio pessoal que tive maior contato com projetos e iniciativas que buscassem a equidade entre os gêneros e combatessem as diferentes opressões. Ao observar os reflexos em nossa sociedade do uso da comunicação e tecnologia na perpetuação (e criação) de novas formas de violência de gênero, uma sensação de responsabilidade e necessidade de justiça sobre o tema foi emergindo. Assim, apresenta-se a comunicação contra hegemônica como uma possível forma de enfrentamento à pornografia não consensual.

A metodologia utilizada consistiu em uma pesquisa exploratória em dados secundários, sendo mapeadas estratégias de resistência à pornografia não consensual na rede. Foram selecionados casos que pudessem representar a

fundamentação teórica do trabalho. Em ambos se observa mulheres reivindicando a posse sobre o próprio corpo, entoando que são elas que decidem o que devem/querem fazer ou não de suas próprias vidas. Caracterizam-se por estratégias de comunicação de resistência, primeiramente por serem mulheres as organizadoras, um grupo historicamente oprimido e marginalizado, vítima de discriminações baseadas em seu gênero. Com relação aos demais aspectos elencados, esses serão apresentados ao longo do estudo.

A estrutura do trabalho apresenta-se da seguinte maneira: primeiramente apresenta-se a correlação das Relações Públicas com as classes subalternas e a relevância da profissão no sentido de fomentar discussões que busquem solucionar problemas de interesse público. No capítulo seguinte, delinea-se a discussão teórica sobre a conceituação de gênero utilizando da autora francesa Simone de Beauvoir e sua obra 'Segundo Sexo'. Trabalham-se questões relacionadas ao 'ser mulher' que seriam prescritas culturalmente negando o determinismo advindo dos aspectos biológicos e demonstrando que o gênero seria construído socialmente e não algo natural dos indivíduos. Por conseguinte, apresenta-se Joan Scott que ressalta que o gênero estaria intrinsecamente ligado as relações de poder. Por fim, apresenta-se Judith Butler que traz novas perspectivas sobre as questões de gênero ressaltando a existência de uma ordem compulsória vigente na sociedade que impor a coerência total entre o sexo, gênero e desejo/prática. Essa diferenciação entre sexo, gênero e desejo trazida por Butler tornou-a grande referência para os estudos de pessoas transexuais e travestis. O capítulo seguinte elucida sobre a chamada 'cultura do estupro', apresenta a pornografia não consensual, sua provável origem e informações sobre a prática. Por conseguinte apresenta-se o contexto brasileiro, a legislação e dados sobre o assunto. O capítulo "Midiatização: Usos e Abusos" busca apresentar a midiatização, aponta-se que há um entendimento sobre os processos sociais que ocorrem na sociedade que devem ser pensados tendo a mídia lado a lado com as outras instituições. Para entender o contexto atual, ressalta-se a importância de compreender as mudanças tecnológicas como sendo alinhadas às transformações de outras esferas (culturais, sociais, econômicas etc.). O capítulo seguinte aborda a Comunicação de Resistência e seu caráter contestador dos discursos hegemônicos que permeiam a sociedade. Com embasamento em

Castells, Peruzzo, Woitowicz e John Downing apresenta-se a primeira parte do capítulo que busca apresentar as características e a necessidade dos grupos marginalizados de encontrarem uma forma para colocar suas pautas. Assim, utiliza-se do conceito de corpomídia apresentado por Greiner e Katz que apresenta o corpo como mediador dessa comunicação se aproximando do conceito de mídia radical trazido por Downing. Realiza-se a análise de casos, primeiramente a Bucepower Gang e logo em seguida o projeto intitulado '*Consent*', em português, 'Consentimento' da dinamarquesa Emma Holten.

2 RELACÕES PÚBLICAS E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

O presente estudo elucidava sobre a potencialização da prática da pornografia não consensual, sendo essa, mais uma forma de violência de gênero. Observa-se que a opressão da mulher se configura como um problema que perpassa todos os âmbitos da sociedade e que requer, com certa urgência, mudanças estruturais que promovam a equidade entre os gêneros e consequentemente torne a sociedade mais segura para as mulheres. Nota-se que as dificuldades historicamente enfrentadas continuam a se perpetuar das mais diversas formas e que é preciso mobilizar esforços coletivos para que mudanças sociais ocorram. Nesse contexto, ressalta-se o papel do profissional de Relações Públicas como fomentador de discussões no intuito de encontrar soluções para problemas de interesse público. Sobre isso, Peruzzo atenta para uma nova dinâmica das Relações Públicas que deixam de estar restritas ao mundo governamental e empresarial e passam a atuar tendo um caráter popular, sendo comunitárias, orgânicas às classes subalternas (PERUZZO, 1993, p. 2). Assim, relaciona-se a atuação de um trabalho de relações públicas comprometido com os interesses dos segmentos sociais subalternos organizados, ou num sentido mais amplo com o interesse público (PERUZZO, 1993, p.2), como o presente estudo desenvolvido, que busca apresentar iniciativas comprometidas com uma sociedade sem discriminações baseadas em gênero, cor, classe e demais aspectos. Sobre essa face das relações públicas, Peruzzo apresenta:

Falar de relações públicas populares, ou comunitárias, significa falar de "novas" relações públicas. "Novas" no sentido de estarem comprometidas com a realidade concreta e com as necessidades e interesses majoritários da população sofrida, impossibilitada de usufruir dos direitos plenos de cidadania. Portanto, as relações públicas populares implicam num olhar inconformado do status quo, e ao mesmo tempo, implicam num "apostar" na transformação social. Ou seja, é um olhar inconformado no sentido de não se conformar, não aceitar a realidade de opressão a que está sujeita a maior parte da população brasileira. (PERUZZO, 1993, p.2).

Assim, o trabalho se insere na perspectiva das estratégias de comunicação, com ênfase nas estratégias de resistência como uma possibilidade de enfrentamento a pornografia não consensual revelando o caráter contestador das relações públicas e seu comprometimento com a transformação social.

Há ainda valores como o da participação da mulher (que quebra o tabu de sua "vocação"/obrigação restrita ao lar), da rejeição à violência contra as mulheres, da autonomia (que significa a busca por grande parte dos movimentos em caminhar de forma independente, sem a tutela de órgãos públicos, partidos e de outras instituições), de solidariedade e da gratuidade. (PERUZZO, 1993, p.2).

Nesse sentido, observa-se a existência de grupos organizados e a emergência de estratégias que visam, entre tantos aspectos, a emancipação das mulheres. Ao problematizar a violência de gênero, objetiva-se chamar atenção para uma prática que tem trazido graves danos a vida as vítimas sem deixar de contemplar formas de resistência ao fenômeno. Nesse sentido, Peruzzo atenta:

Porém, o sentido político é o mesmo, ou seja, o fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política. (PERUZZO, 2006, p.2).

Assim, a comunicação é usada como meio de expressão desses grupos para reivindicar (além de direitos fundamentais e políticas voltadas às mulheres, por exemplo) suas próprias existências. Como já apresentado, a relação com o profissional da área ocorre através da tentativa de solucionar problemas de interesse público, sendo nesse contexto, a opressão contra a mulher que se materializa através da exposição de imagens ou vídeos íntimos sem o consentimento dos envolvidos. Tais estratégias contestam as posições e julgamentos atribuídos às mulheres e reivindicam que essas são sujeitos de suas próprias vidas, escolhas e corpos. Sobre esse uso político da comunicação, Peruzzo ressalta:

Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o "povo" como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa. (PERUZZO, 2006, p.4).

Assim, observa-se que ao discorrer sobre um problema que está sendo potencializado, objetiva-se chamar a atenção para estratégias comunicativas de enfrentamento que revelam um lado contestador do status quo e buscam promover a mudança social. Ressalta-se a importância das relações públicas de se alinharem aos anseios da sociedade e trabalharem em conjunto com as classes subalternas buscando transformações sociais positivas que tornem a sociedade mais igualitária. Nesse sentido, o próximo capítulo discorre sobre as questões de gênero e conseqüentemente sobre aquilo que opera na construção da subjetividade de cada indivíduo e no modo de como se relacionam entre si.

3 PERSPECTIVAS DE GÊNERO

3.1 SIMONE DE BEAUVOIR E A MARGINALIZAÇÃO DA MULHER

Simone de Beauvoir, uma das precursoras dos estudos de gênero, em suas obras 'O Segundo Sexo – A experiência vivida' e o 'O Segundo Sexo – Fatos e Mitos' apresenta questões fundamentais relacionadas ao conceito de gênero. Para a autora, os papéis sociais exercidos pelos indivíduos são definidos pelo sistema patriarcal, ou seja, são resultado de uma construção social e cultural que perpassa por todas as etapas da vida. Beauvoir busca elucidar como as feminilidades e masculinidades são aprendidas através de um processo de socialização, negando a premissa de que seriam características intrínsecas e não mutáveis dos indivíduos.

A célebre introdução da escritora francesa sintetiza esta negação acerca do sexo biológico como sendo capaz de definir o que é ser mulher.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. (BEAUVOIR, 1970, p.9).

A partir disso, Beauvoir busca enfatizar as inúmeras construções sociais acerca de ser homem e, principalmente, de ser mulher. Com relação a estas questões, a autora refuta que o útero poderia definir o ser mulher e apresenta que "Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade." (1970, p. 13).

Para entender sua argumentação deve-se refletir sobre o que, de fato, é ser mulher e quais são as implicações advindas disto em uma sociedade permeada pela desigualdade entre os gêneros. Estes são questionamentos que guiam o presente capítulo e nos fazem buscar um maior entendimento sobre as diferentes formas de violência de gênero e como suas consequências ocorrem (não somente, mas

principalmente) devido às expectativas do patriarcado¹ que ainda guiam (e condicionam) o que é aceitável ou não do comportamento feminino. Demonstra-se que as atribuições dadas e definidas pelo patriarcado buscam impor limites com o objetivo de definir o valor de uma mulher. Em consequência disso, ocorre um processo de contínuo monitoramento sobre o corpo e comportamento feminino, censura sobre a sexualidade e condicionamento de ação.

Nesse contexto, Beauvoir afirma que estes processos modeladores têm início desde os primeiros anos de vida quando se inicia a diferenciação de tratamento baseado nos sexos dos bebês. O órgão sexual masculino começa a ser endeusado desde a primeira infância, com comentários e brincadeiras feitas pelos adultos, que, ao longo da vida, o ensinarão a glorificar seu pênis e acreditar em uma autonomia advinda deste órgão.

Persuadem a criança de que é por causa da superioridade dos meninos que exigem mais dela; para encorajá-la no caminho difícil que é o seu, insuflam-lhe o orgulho da virilidade; essa noção abstrata reveste para ele um aspecto concreto: encarna-se no pênis; não é espontaneamente que sente orgulho de seu pequeno sexo indolente; sente-o através da atitude dos que o cercam. (BEAUVOIR, 1970, p.13).

Tal situação difere no tratamento dado ao órgão feminino que, desde o princípio, é encoberto pelo silêncio e mistério. Desse modo a autora apresenta:

Nem mães nem amas têm reverência e ternura por suas partes genitais; não chamam a atenção desse órgão secreto de que só se vê o invólucro e não se deixar pegar; em certo sentido a menina não tem sexo. (BEAUVOIR, 1970, p. 14).

Percebe-se com isso um processo no qual os meninos, desde a infância, aprendem a demonstrar poder e a entender a si mesmos como seres completos, enquanto que, por sua vez, as meninas devem buscar algo além de si mesmas, pois são consideradas seres impossibilitados de se auto completarem. O brinquedo

¹ São diversas as abordagens em torno do termo patriarcado, sendo a utilização do termo bastante heterogênea nos estudos teóricos feministas. No presente estudo, opta-se pelo entendimento apresentado por Saffioti que define o patriarcado como sendo o “regime da dominação/exploração das mulheres pelos homens” (2004, p.44).

aparece como extensão da criança, a menina inicia uma busca para se enxergar na boneca, porém a realidade é que um objeto, completamente passivo, não é capaz de suprir os anseios da criança. E ainda, neste contexto, ocorre também o primeiro contato das mulheres com os afazeres domésticos. Desde a infância, as tarefas de alimentar, vestir, enfeitar outra criança, simular que está cozinhando ou limpando já passam a fazer parte da vida das meninas.

Dentro deste processo de absorção de comportamentos, há também grande interferência nas emoções que serão expressas ou contidas durante a vida tanto pelo homem quanto pela mulher, como exemplo pode-se pensar quando o menino vai compreendendo que para ser considerado um ‘homenzinho’ ele precisaria esconder e reprimir suas emoções. Segundo Beauvoir ao menino, proíbe-se até o coquetismo; suas manobras sedutoras, suas comédias aborrecem (BEAUVOIR, 1970, p.12). Assim, a autora apresenta aquilo que os adultos ensinam as crianças. “Um homem não pede beijos... Um homem não se olha no espelho... Um homem não chora”, dizem-lhe. (BEAUVOIR, 1970, p.12).

Enquanto ocorre a negação destas emoções para os meninos e espera-se que esses hajam de modo imperativo, o contrário ocorre para as meninas, na qual a expectativa é que demonstrem a graciosidade e absorvam a passividade, tal qual definirá a feminilidade — “Para ser graciosa, ela deverá reprimir seus movimentos espontâneos; pedem-lhe que não tome atitudes de menino, proibem-lhe exercícios violentos, brigas [...]” (BEAUVOIR, 1970, p. 23).

Assim, a passividade que caracterizará essencialmente a mulher "feminina" é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade. A imensa possibilidade do menino está em que sua maneira de existir para outrem encoraja-o a pôr-se para si. Ele faz o aprendizado de sua existência como livre movimento para o mundo; rivaliza-se em rudeza e em independência com os outros meninos, despreza as meninas. Subindo nas árvores, brigando com colegas, enfrentando-os em jogos violentos, ele apreende seu corpo com um meio de dominar a natureza e um instrumento de luta; orgulha-se de seus músculos como de seu sexo. (BEAUVOIR, 1970, p.21).

Em sua obra a autora ressalta a importância de se compreender que essa suposta aptidão aos serviços domésticos e até mesmo a ‘vocação’ para a própria maternidade, muitas vezes consideradas como algo inerente ao feminino, são frutos

de uma construção social. Ressalta-se que além de apenas ter a capacidade biológica de gestar uma criança, muito do que se acredita ser 'natural' da mulher como o cuidado com crianças ou lar, por exemplo, fazem parte de um conjunto de habilidades adquiridas em um processo que tem início ainda na infância.

Muitas vezes, a mãe associa-se a essa vida imaginária: a criança brinca de pai com a boneca e de mãe com a mãe, é um casal de que se exclui o homem. Nisso tampouco existe algum "instinto materno" inato e misterioso. A menina constata que o cuidado das crianças cabe à mãe, é o que lhe ensinam; relatos ouvidos, livros lidos, toda a sua pequena experiência o conforma; encorajam-na a encantar-se com essas riquezas futuras, dão-lhe bonecas para que tais riquezas assumam desde logo um aspecto tangível. Sua "vocação"  -lhe imperiosamente ditada. (BEAUVOIR, 1970, p.24).

Beauvoir aponta que durante a infância a menina   capaz de enxergar e aceitar as feminilidades que lhe são apresentadas entendendo como algo positivo, pois dentro desta esfera a mãe se caracteriza como sendo uma figura importante. Porém, na medida em que os anos passam e a menina começa a ocupar outros espaços, que não a esfera familiar, a percep o de que são os homens que det m o poder fica cada vez mais forte e a mulher passa a compreender os prejuízos que acompanham sua própria condi o.

(...) mas quando suas freq nta es, estudos, jogos e leituras a arrancam do círculo materno, ela compreende que não são as mulheres e sim os homens os senhores do mundo.   essa revela o — muito mais do que a descoberta do p nis — que modifica imperiosamente a consciência que ela toma de si mesma. (BEAUVOIR, 1970, p.24).

Existem ainda outros meios utilizados pelo sistema patriarcal que corroboram com a ideia da mulher como um ser frágil e não como senhora de suas próprias vontades. A autora apresenta alguns exemplos da literatura como fonte capaz de reforçar as posi es de poder e colocar as mulheres em seu devido lugar: a espera, sempre passiva, necessitando ser amada ou salva por um príncipe encantado que finalmente a libertar  de sua condi o e a levará ao auge de sua vida, tornar-se uma esposa.

A literatura infantil, a mitologia, contos, narrativas, refletem os mitos criados pelo orgulho e os desejos dos homens:   através de olhos masculinos que a menina explora o mundo e nele decifra seu destino. A superioridade masculina   esmagadora: Perseu, Hércules, Davi, Aquiles, Lan arote, Duguesclin, Bayard, Napoleão, quantos homens para uma Joana d'Arc; e,

por trás desta, perfila-se a grande figura masculina de São Miguel Arcanjo! Nada mais tedioso do que os livros que traçam vidas de mulheres ilustres: são pálidas figuras ao lado das dos grandes homens; e em sua maioria banham-se na sombra de algum herói masculino. Eva não foi criada para si mesma e sim como companheira de Adão, e de uma costela dele; na Bíblia há poucas mulheres cujas ações sejam notáveis: Rute não fez outra coisa senão encontrar um marido. (BEAUVOIR, 1970, p.30).

Nesse sentido, para se sentir completa é preciso que a mulher busque algo além de si mesma. Beauvoir apresenta que, com o passar dos anos, a ideia de que é preciso seduzir um coração masculino e de que esta é a maior conquista que se poderia almejar torna-se cada vez mais presente na vida das mulheres. E para isso, não é preciso que ela se mostre corajosa, forte ou esperta, muitas vezes a única virtude que será necessária para que alcance tal feito seja a beleza. Convidam-se as mulheres para que estas sejam cúmplices e que este desejo seja realmente partilhado e estimado dentro de seus universos. Busca-se fazer com que as mulheres reproduzam, gostem e defendam com afinco esta aspiração. Percebe-se novamente a necessidade de satisfazer as expectativas vigentes, afinal, um homem não irá querer se casar com uma mulher 'depravada', que poderia (e deveria) ser entendida apenas como alguém que exerce livremente sua sexualidade ou ocupa espaços públicos por exemplo.

A autora ainda discorre sobre os processos que sucedem a infância, quando se iniciam as mudanças corporais e a menina entende que não haverá outra escapatória para sua existência. Ao pensar que se tornou uma adulta, a menina acredita que haverá mudanças drásticas em sua vida, mas logo a desilusão chega e ela percebe que nada mudou. A maior mudança é a menstruação que passa a vir todos os meses e que, segundo a autora, muitas vezes se torna motivo de chacota o que pode gerar uma repulsa ainda maior pelo próprio corpo.

"Com treze anos passeava de pernas nuas e vestido curto", disse-me uma outra mulher; "um homem fez, zombando, uma reflexão acerca de minhas pernas grossas. No dia seguinte minha mãe obrigou-me a pôr meias e a alongar a saia; mas não esquecerei nunca o choque recebido subitamente ao me ver vista". A menina sente que o corpo lhe escapa, não é mais a expressão clara de sua individualidade; torna-se-lhe estranho; e, no mesmo momento, ela é encarada por outrem como uma coisa: na rua, acompanham-na com o olhar, comentam-lhe a anatomia; ela gostaria de ficar invisível; tem medo de tornar-se carne e medo de mostrar essa carne. (BEAUVOIR, 1970, p.48).

Como já apresentado, a menina deve sempre transitar em torno da feminilidade, e se possível, deve fazer disso sua essência. A autora não deixa de pontuar as transformações pelas quais os meninos também passam durante a puberdade, mas estas são recebidas de forma diferente, pois não necessariamente representam uma ameaça para o seu desenvolvimento como ser, mas sim como um momento em que a virilidade passa a ganhar (ainda mais) forma e força.

Ao contrário, para transformar-se em adulto, é preciso que a menina se confine nos limites impostos por sua feminilidade. O menino admira em seus novos pêlos promessas indefinidas: ela fica confundida diante do "drama brutal e definido" que detém seu destino. Assim como o pênis tira do contexto social seu valor privilegiado, é o contexto social que faz da menstruação uma maldição. Um simboliza a virilidade, a outra a feminilidade. E é porque a feminilidade significa alteridade e inferioridade que sua revelação é acolhida com escândalo. (BEAUVOIR, 1970, p.56).

É importante apresentar algumas das imagens que foram construídas em torno da mulher ao longo do tempo e que corroboram para que a feminilidade, castidade, moralidade ou ideia de pecado (exclusivamente feminino) ainda se sobreponham as vidas e particularidades de cada mulher. Desde tempos remotos até a atualidade é possível observar a presença de alguns ideais de mulher a partir de mitos construídos, como por exemplo, o mito de Eva e de Maria. Beauvoir, sobre a conceituação de mito, afirma: “[...] ele não se deixa apanhar nem cercar, habita as consciências sem nunca prostrar-se diante delas como um objeto imóvel [...]” (BEAUVOIR, 1970, p.181). E ainda, argumenta que:

Como as representações coletivas e, entre outros, os tipos sociais definem-se geralmente por pares de termos opostos, a ambivalência parecerá uma propriedade intrínseca do Eterno Feminino. A mãe santa tem como correlativo a madrasta cruel; a moça angélica, a virgem perversa: por isso ora se dirá que a Mãe é igual à Vida, ora que é igual à Morte, que toda virgem é puro espírito ou carne votada ao diabo. Não é evidentemente a realidade que dita à sociedade ou aos indivíduos a escolha entre os dois princípios opostos de unificação; em cada época, em cada caso, sociedade e indivíduos decidem de acordo com suas necessidades. Muitas vezes projetam no mito adotado as instituições e os valores a que estão apegados. (BEAUVOIR, 1970, p.300).

Ao longo de sua obra, Beauvoir apresenta algumas dimensões culturais, sociais, psicológicas e também políticas que possibilitam maior entendimento acerca da desigualdade entre os gêneros (GOMES, 2014). Observa-se que a dominação

masculina se fortalece a partir da corroboração da sociedade com estas práticas e mais do que somente a aceitação ocorre também internalização destes discursos opressivos. Os mitos possibilitam maior entendimento acerca das expectativas do patriarcado sobre a mulher, tais expectativas tornam-se padrões que devem ser seguidos fazendo com que haja constante monitoramento do corpo e comportamento feminino. Logo, percebe-se quando existe certo 'desvio', a mulher deverá ser punida e colocada em seu devido lugar. Dentro da ordem patriarcal do gênero o lugar da mulher ainda é dentro do âmbito privado. Há expectativa e exigência para que a mulher permaneça sendo submissa e ocupe apenas os espaços que lhe são destinados (e imperiosamente ditados). Qualquer mulher que ouse transcender as linhas que foram traçadas (e que estabelecem os limites do que é ser mulher) será desqualificada em praça pública.

A civilização patriarcal votou a mulher à Castidade; reconhece-se mais ou menos abertamente ao homem o direito a satisfazer seus desejos sexuais ao passo que a mulher é confinada no casamento: para ela o ato carnal, em não sendo santificado pelo código, pelo sacramento, é falta, queda, derrota, fraqueza; ela tem o dever de defender sua virtude, sua honra; se "cede", se "cai", suscita o desprezo; ao passo que até na censura que se inflige ao seu vencedor há admiração. Desde as civilizações primitivas até os nossos dias sempre se admitiu que a cama era para a mulher um "serviço" que o homem agradece com presentes ou assegurando-lhe a manutenção: mas servir é ter um senhor; não há nessa relação nenhuma reciprocidade. (BEAUVOIR, 1970, p. 112).

Em determinadas situações espera-se que as moças sejam e se mantenham 'bem-comportadas', ao passo que, por vezes também se cobra outra postura, principalmente ao que diz respeito às satisfações das reivindicações masculinas. Observa-se que a presença da dicotomia santa-puta acerca da sexualidade da mulher é antiga, mas ainda se faz muito presente nos dias atuais. A frase atribuída a Nelson Rodrigues, polêmico escritor brasileiro, que apresenta que a mulher ideal deveria "dama na rua e puta na cama" representa esse imaginário que busca imperar sobre as individualidades de cada mulher e atribuir, de modo, imperativo, o comportamento a ser seguido.

Ademais, o pensamento acerca dos ambientes familiares que a mulher deveria ocupar e da passividade que se espera e se exige, corrobora com a noção

de que o espaço público é masculino e de que a mulher que ocupa estes espaços automaticamente está se sujeitando aos perigos que podem lhe ocorrer. Observa-se que tal pensamento influencia na culpabilização da vítima. A partir dos processos que serão apresentados neste estudo mais adiante, é possível afirmar que o mesmo ocorre nos casos de pornografia não consensual. Quando fotos ou vídeos íntimos são divulgados, um dos principais questionamentos se relaciona ao: por que 'se deixou' gravar? Ou seja, toda a problemática é reduzida a seguinte conclusão: uma mulher que se preze não teria produzido materiais em que estivesse nua (ou permitido que alguém fizesse isso). Observa-se um padrão presente também em outras formas de violência contra mulher, por exemplo, pode-se pensar nos questionamentos feitos quando se denuncia alguma violência sexual, 'por que usava tal vestimenta?' ou 'por que andava sozinha na rua à noite?', entre outros, tão comuns, que buscam desqualificar o ataque sofrido de modo a transferir a culpa para a vítima apresentando justificativas para a atitude do agressor.

A partir das contribuições trazidas da escritora francesa Simone de Beauvoir pode-se pensar que esta relação de controle dos homens sobre mulheres utilizou primeiramente das diferenças biológicas entre os corpos para se sustentar. Em síntese, a autora apresenta:

A mulher é mais fraca do que o homem; ela possui menos força muscular, menos glóbulos vermelhos, menor capacidade respiratória; corre menos depressa, ergue pesos menos pesados, não há quase nenhum esporte em que possa competir com ele; não pode enfrentar o macho na luta. (BEAUVOIR, 1970, p.54).

Observa-se que este sexismo biológico buscou demarcar a inferioridade como sendo algo natural da mulher. A obra de Beauvoir chama a atenção para a aplicação da biologia nas questões de gênero. Tal feito buscou tornar as diferenças biológicas entre os corpos como sendo fatores determinantes para a organização social.

A mulher? É muito simples, dizem os amadores de fórmulas simples: é uma matriz, um ovário; é uma fêmea, e esta palavra basta para defini-la. Na boca do homem o epíteto "fêmea" soa como um insulto; no entanto, ele não se envergonha de sua animalidade, sente-se, ao contrário, orgulhoso se dele dizem: "É um macho!" O termo "fêmea" é pejorativo, não porque enraíze a mulher na Natureza, mas porque a confina no seu sexo. (BEAUVOIR, 1970, p.25).

Assim sendo, ao que se refere à consciência que mulher adquire de si mesma, esta seria aprendida na sociedade em que está inserida e não advinda de aspectos biológicos.

Ressalta-se que obra de Beauvoir se configura como um importante marco na teorização das desigualdades de gênero e que a autora é uma das maiores referências dos estudos feministas, mas é preciso fazer algumas ressalvas a obra. Principalmente ao que concerne a pontos que a autora não aprofunda como a diferenciação entre “sexo” e gênero que mais tarde será bastante pautada por outras teóricas feministas. Nesse sentido, Judith Butler tenciona essa problemática afirmando que:

A teoria de Beauvoir implicava consequências aparentemente radicais, as quais ela própria não entretinha. Por exemplo, se o sexo e o gênero são radicalmente distintos, não decorre daí que ser de um dado gênero; em outras palavras, a categoria de “mulher” não é necessariamente restrita aos dois usuais. Se o sexo não limita o gênero, então talvez haja gêneros, maneiras de interpretar culturalmente o corpo sexuado, que não são de forma alguma limitados pela aparente dualidade do sexo. [...] Se o gênero não está amarrado ao sexo, causal ou expressivamente, então ele é um tipo de ação que pode potencialmente proliferar-se além dos limites binários impostos pelo aspecto binário aparente do sexo. (BUTLER, 2008, p.163).

Assim, os próximos capítulos avançam nas discussões de gênero apresentando outras autoras que contemplam aspectos ainda não tratados até o momento.

3.2 JOAN SCOTT: GÊNERO E AS RELAÇÕES DE PODER

Joan Scott é uma historiadora norte-americana, pós-estruturalista, que contribuiu para o desenvolvimento do conceito de gênero trazendo novas perspectivas para a problemática. De acordo com Scavone:

Scott dialoga com autores pós-estruturalistas como Michel Foucault e Gilles Deleuze e critica com eles a ideia iluminista da existência de um sujeito único universal com características biológicas consideradas a-históricas, que fundamentam os discursos da dominação masculina. Ao propor o uso da categoria Gênero para a análise histórica – e, por decorrência, para as

Ciências Sociais –, pretende compreender e explicar significativamente o caráter relacional, transversal e variável dessa categoria analítica. Gênero é uma categoria de análise histórica, cultural e política, e expressa relações de poder, o que possibilita utilizá-la em termos de diferentes sistemas de gênero e na relação desses com outras categorias, como raça, classe ou etnia, e, também, levar em conta a possibilidade da mudança. (SCAVONE, (2008, p.180).

O principal artigo da autora Joan Scott “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (1989) inicia questionando os chamados usos descritivos do gênero, ou seja, quando a discussão é reduzida apenas as questões que envolvem homens e mulheres, sendo que, para Scott, existe muito além.

Em outros termos, esse uso do gênero só se refere aos domínios – tanto estruturais quanto ideológicos – que implicam em relações entre os sexos. Porque na aparência a guerra, a diplomacia e a alta política não têm explicitamente a ver com essas relações. O gênero parece não se aplicar a esses objetivos e, portanto, continua irrelevante para a reflexão dos(as) historiadores(as) que trabalham sobre o político e o poder. Isso tem como resultado a adesão a certa visão funcionalista baseada, em última análise, sobre a biologia e a perpetuação da ideia das esferas separadas na escritura da história (a sexualidade ou a política, a família ou a nação, as mulheres ou os homens). (SCOTT, 1989, p. 7-8).

As publicações de Joan Scott contribuem significativamente para os estudos de gênero principalmente no que diz respeito às problematizações além do binômio homem/mulher, masculino/feminino. Sobre isso, a autora ressalta (1989, p.16), “no entanto me incomoda a fixação exclusiva sobre as questões relativas ao sujeito individual e a tendência a reificar como a dimensão principal do gênero, o antagonismo subjetivamente produzido entre homens e mulheres” (1989, p.16). Scott atenta para a necessidade de se rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, alegando que é preciso que haja uma historicização e uma desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual (1989, p.18). Assim, observa-se que a autora compreende que o gênero se representa também a partir de um saber sobre as diferenças sexuais.

Dessa forma, através da relação inerente entre poder e saber, o gênero estaria intrinsecamente ligado às relações de poder (1989, p.21), ressaltando que seria um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças

percebidas entre os sexos, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (1989, p.22). Scott entende que são construídos significados culturais para as diferenças na busca de atribuir sentido a elas e que a partir disso, tais diferenças são posicionadas dentro de uma hierarquia das relações que se baseiam em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino (1989, p.26).

Assim partindo dos pontos levantados por Scott, compreende-se que os corpos não deveriam ser tomados fora do contexto no qual estão inseridos. Fatores como a cultura vigente, os discursos presentes e as construções de significados se caracterizam como elementos fundamentais para o entendimento sobre os indivíduos.²

3.3 JUDITH BUTLER E O DESMANTELAMENTO DA ORDEM COMPULSÓRIA

Considerando a importância de trazer outras contribuições teóricas para um melhor entendimento sobre conceito de gênero, apresenta-se Judith Butler e sua obra 'Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade' (2003). Butler pode ser considerada uma autora pós-estruturalista e uma importante teórica da questão contemporânea do feminismo, abordando a teoria queer, questões filosóficas e políticas em suas obras. Seus estudos inauguram novos pressupostos que antes não eram considerados nas teorias feministas. Um dos principais pontos problematizados por Butler foi com relação à premissa que fundamenta a distinção sexo/gênero, na qual o sexo seria tido como algo natural e o gênero como sendo socialmente construído (2003, p. 24). Sobre isso Butler argumenta que “nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino” (2003, p. 26). Em sua obra, são feitas interlocuções com outras autoras feministas e neste contexto Butler repensa algumas questões trabalhadas por Beauvoir, principalmente ao que concerne ao gênero, que em sua visão:

² Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2011/12/08/dicotomia-sexo-x-genero/>>
Acesso em: 07 mai. 2016

(...) faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. (BUTLER, 2003, p.25).

A autora também questiona e discorre sobre outro pressuposto considerado natural: gênero e desejo. Butler apresenta que existe uma ordem compulsória vigente na sociedade que impõe (e cobra) a coerência total entre o sexo, gênero e desejo/prática (2003, p.23-24). É preciso ressaltar que essa ordem opera sob as regras da heteronormatividade, ou seja, observa-se que ainda durante a gestação quando se descobre que a criança possui uma vagina, logo se define que é uma menina, que, por sua vez, irá se sentir atraída e se relacionará apenas com meninos ao longo de sua vida. Esta lógica da relação com o intuito de reprodução deve ser subvertida, e para isso, Butler aponta para o desmantelamento da obrigação vigente entre sexo, gênero e desejo/prática. Desta forma, Piscitelli apresenta:

Sintetizando a trajetória do conceito de gênero, vemos que um termo, que se difundiu aludindo às diferenças e desigualdades que afetam as mulheres, adquire outros sentidos. Continua referindo-se a diferenças e desigualdades e, portanto, continua tendo um caráter político. Entretanto, nas suas reformulações, o conceito de gênero requer pensar não apenas nas distinções entre homens e mulheres, entre masculino e feminino, mas em como as construções de masculinidade e feminilidade são criadas na articulação com outras diferenças de raça, classe social, nacionalidade, idade; e como essas noções se embaralham e misturam no corpo de todas as pessoas, inclusive aquelas que, como intersexos, travestis e transexuais, não se deixam classificar de maneira linear apenas homens ou mulheres. (PISCITELLI, 2009, p. 146).

Assim, ressalta-se a importância de apresentar os estudos da autora de modo a confrontar pressupostos tidos como 'naturais' e 'inevitáveis'. O presente estudo centra-se na asserção de que os aspectos que perpassam a construção de gênero e ultrapassam a dicotomia dominante (masculino e feminino) são fundamentais para que ocorram mudanças positivas na sociedade. Nesse sentido, ressalta-se a relevância dos estudos de Butler, sendo essa a direção a ser seguida buscando a equidade entre os gêneros, a não discriminação e a coibição de práticas como a violência de gênero e, mais especificamente, a pornografia não consensual.

4 PORNOGRAFIA NÃO CONSENSUAL E OS SUSTENTÁCULOS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

4.1 CULTURA DO ESTUPRO

*Joga pedra na Geni/Joga bosta na Geni/ Ela é feita pra
apanhar/ Ela é boa de cuspir/ Ela dá pra qualquer um/ Maldita
Geni – Chico Buarque*

A letra da música que inicia este capítulo busca chamar a atenção para os determinados tipos e condutas que fariam com que certas mulheres fossem consideradas merecedoras de violência.³ Na voz do coro da música de Chico Buarque que repete esse refrão pode-se, entre tantas interpretações possíveis, observá-la como a voz do julgamento que tenta impor a Geni o que ela não é, o que ela deveria ser e o que ela merece⁴, trazendo à tona os valores morais que permeiam o exercício da sexualidade. O presente estudo busca apresentar a correlação entre a pornografia não consensual e às questões de gênero, ressaltando que tal prática configura-se como mais uma violência pertencente ao extenso espectro da violência de gênero. Ao elucidar sobre a denominada cultura do estupro, objetiva-se chamar a atenção de maneira mais contundente para o problema como um todo, que perpassa por todas as esferas da sociedade e fazem das mulheres suas principais (mas não únicas) vítimas. Tal entendimento auxilia para a compreensão de que a prática da violência (quando ela se materializa em pornografia não consensual, agressões e morte por exemplo) é concebida muito anteriormente e suportada através de processos que fazem com que o agressor se sinta no direito de agir de determinada maneira.

Ressalta-se a autora Suzan Brownmiller que em seu livro “Against our will: men, women and rape” (1975) discorre sobre as origens do estupro e desmistifica algumas questões que se correlacionam a prática. Brownmiller apresenta que o estupro não se relaciona a sexo ou desejo sexual, mas sim que se trata de uma relação de poder, fazendo parte de um processo de intimidação pelo qual todos os homens mantêm todas as mulheres em um estado de medo permanente (1975, p.15).

³ Disponível em: <<https://sobreteb.wordpress.com/tag/sexualidade/>> Acesso em 27 mai. 2016

⁴ Disponível em: <<http://grupomoca.blogspot.com.br/2011/07/o-climax-genie-o-zepelim-uma-analise.html>> Acesso em: 27 mai. 2016.

Nesse sentido, apresenta-se Cínthia Semíramis que em seu artigo 'Sobre a cultura do estupro' (2013)⁵ disserta sobre a questão. Sobre isso:

Nessa estrutura, a forma utilizada para constranger mulheres a se submeter aos homens está no controle do corpo e de sua sexualidade: deveriam ser virgens ou sexualmente recatadas, não deveriam usar determinadas roupas ou frequentar certos locais. E a punição para as que não aceitassem era a legitimação da violência por meio de hostilidade e, em casos extremos, estupro e morte. Ou seja, a cultura do estupro é o processo de constrangimento social que garante a manutenção dos papéis de gênero. Não é uma ação individual (como se todo homem odiasse mulheres), mas uma convenção social que mantém determinados papéis e estruturas sociais. (SEMÍRAMIS, 2013, p. 22-23).

Para Semíramis (2013) o cerne do problema estaria na estrutura social que determinaria papéis de gêneros fixos que ordenaria como os indivíduos deveriam se comportar⁶. Seguindo a discussão, apresenta-se Zamorra (2007, p.3) que discorre sobre o estupro como sendo um recurso pedagógico do patriarcado, configurando-se como uma forma de violência que pode surgir para punir um comportamento considerado um delito, um pecado, ou apenas inadequado: embriaguez, adultério, prostituição, assédio sexual, exposição de partes do corpo.

Para que a mulher aprenda o código de conduta correto, quem faz a lei pode decretar sua violação – o que ainda se registra em certas tribos. O Ocidente e suas instituições de vigilância atualizam esse tipo de punição quando a própria polícia ou os carcereiros violam as prisioneiras que estão sob sua custódia, em delegacias e prisões de muitos países (KRUG et al., 2002).

A partir dos pontos apresentados, observa-se a intrínseca relação da cultura do estupro com a pornografia não consensual, uma vez que essa prática se correlaciona a inflição de danos às vítimas ao expô-la. Muitas vezes a exposição ocorre com o intuito de punir a mulher por não atender a alguma expectativa ou exigência do sistema patriarcal. A ridicularização e a culpabilização ocorrem de maneira a censurar a mulher pelo exercício de sua sexualidade e os insultos

⁵ Disponível em: < <http://www.revistaforum.com.br/2013/04/16/cultura-do-estupro/>.> Acesso em 27 mai. 2016.

⁶ Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/sobre-a-cultura-do-estupro-por-cynthia-semiramis>> Acesso em 27 mai. 2016.

direcionados manifestam a dominação masculina que, de diferentes maneiras, busca continuar imperando sobre os corpos, vontades e vidas das mulheres. Sobre a cultura do estupro, Lola Aronovich em seu blog 'Escreva Lola, escreva' ressalta⁷:

Cultura de estupro é comediante dizer que homem que estupra mulher feia não merece cadeia, merece um abraço, e metade da população rir e, diante dos protestos da outra metade, xingar quem se indignou com o chiste de mal amada, moçreia, sapatão, —nem pra ser estuprada você serve. Cultura de estupro é vender camisa (e muita gente comprar pra usar) com —fórmula do amor que equivale a embebedar a mulher para conseguir sexo sem resistência. Cultura de estupro é um programa de TV fazer rir em cima de um problema que acomete milhares de mulheres por dia (bolinações dentro de meios de transporte coletivo). Cultura de estupro é anúncio de preservativo brincar que sexo sem consentimento queima mais calorias. (ARONOVICH, 2012).

Sob a perspectiva da cultura do estupro, ressalta-se que a violência é naturalizada e até mesmo romantizada, que se traduz em frases como "ele fez por amor", em uma cobertura midiática que apresenta os fatos justificando a ação do agressor ou questionando do por que a mulher deixou que a fotografassem nua, por que usava tais roupas, por que andava sozinha na rua, entre outros. É importante ressaltar que tais questionamentos não se restringem apenas aos meios de comunicação, como será apresentado adiante neste trabalho, os meios se configuram como um espaço onde há (entre tantos outros aspectos) a reprodução de pensamentos existentes na sociedade. Assim, observa-se que esse é um comportamento recorrente sustentado por valores e percepções enraizadas. Lola Aronovich em seu blog⁸ sobre as nuances da cultura do estupro:

É exatamente isso que a cultura de estupro faz com a sociedade: ensina que mulher faz charminho, que quando ela diz *não* ela no fundo está dizendo *sim*, que é totalmente normal pruma mulher, que obviamente nem gosta de sexo, "vender caro seu passe", fingindo refutar o macho incontrolável para assim se valorizar. E que homens são eternos brincalhões, *boys will be boys*. (ARONOVICH, 2012).

⁷ Disponível em: < <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2012/08/cultura-de-estupro-nao-imagine.html> > Acesso em 27 05 2016

⁸ Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2012/08/cultura-de-estupro-nao-imagine.html> Acesso em 27 mai. 2016.

A partir dos entendimentos apresentados sobre a cultura do estupro, é importante ressaltar a gravidade dos processos que permeiam a culpabilização da vítima. Uma das diversas formas que essa se manifesta ocorre quando há a denúncia de uma violência sexual sofrida e a vítima se depara com uma série de questionamentos que funcionam de modo a 'justificar' a ação do agressor, fazendo parecer com que a vítima tenha provocado aquela situação ou seja merecedora da violência (agressão física, estupro, pornografia não consensual entre tantas outras). A culpabilização da vítima tira a responsabilidade do verdadeiro culpado e faz com que a vítima ainda sofra uma série de outras violências ao ter sua palavra desacreditada. Encontra-se essa lógica na ideia de que "ela provocou/fez porque quis/deveria ter pensado nas consequências". Outro ponto relevante diz respeito a desmistificação da ideia de que o agressor é um desconhecido, "sem rosto" ou o enquadramento dado a esses como alguém doente ou incapaz de controlar seus "instintos". A cultura do estupro perpassa por todos os âmbitos da sociedade e encontra-se bastante enraizada também na forma como os indivíduos são educados.

Observa-se que tais condutas sustentam as diversas formas de discriminação contra a mulher e promovem uma cultura violenta que a cada ano faz mais vítimas. De acordo com o 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015), no ano de 2014, foram registrados 47.643 casos de estupro em todo o país. O dado representa um estupro a cada 11 minutos.⁹ Apresentam-se dados advindos do relatório 'Estupro no Brasil, uma radiografia' (IPEA, 2014)¹⁰ que explicitam que 24% dos agressores das crianças são os próprios pais ou padrastos e 32% são amigos ou conhecidos da vítima. Outro dado, refere-se ao agressor desconhecido que passa a configurar como principal autor do estupro à medida que a idade da vítima aumenta, representando por 61% dos casos de estupro de pessoa adulta.

⁹ Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-sexual/> Acesso em 27 mai. 2016.

¹⁰ Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-sexual/> Acesso em 27 mai. 2016

Assim, o intuito desse capítulo foi demonstrar que a violência quando se materializa não é algo pontual, pelo contrário, faz parte de um processo que perpassa todas as esferas da sociedade e tem seus sustentáculos na desumanização das mulheres que ocorre através dos mais diversos dispositivos.

4.2 PORNOGRAFIA NÃO CONSENSUAL

Com os crescentes avanços tecnológicos e a intensa incorporação da tecnologia no cotidiano dos indivíduos, a prática de capturar momentos e disseminá-los torna-se cada vez mais comum. Concomitante aos benefícios gerados pela tecnologia há também outra face, aquela que abriga malefícios oriundos de práticas perniciosas, na qual a tecnologia é colocada na contramão da igualdade, liberdade e autonomia dos indivíduos. Apresenta-se a pornografia não consensual como uma nova variante da violência de gênero presente na sociedade, uma vez que é possível observar que as mulheres representam o maior número de vítimas e ainda, as sanções pelas quais são submetidas possuem motivações intrinsecamente ligadas à condenação da sexualidade feminina.

O termo *Porn Revenge* ou – traduzido para o português – Pornografia de Vingança, Pornografia de Revanche ou Pornografia não consensual, designa o ato de disseminar imagens ou vídeos íntimos, com conteúdo sexual explícito ou não (podem ser apenas insinuações), majoritariamente por parte da figura masculina, com o intuito de vingar-se da vítima (é relevante ressaltar que esta não é motivação exclusiva). O termo também pode ser utilizado para descrever cenários de não vingança, como é o caso de materiais obtidos e disseminados por hackers ou indivíduos que buscam lucro de diversas formas, como por exemplo, chantageando as vítimas ou vendendo o conteúdo. Há também aqueles que anseiam por visibilidade e acreditam que humilhar as mulheres reforça sua masculinidade, movidos por uma misoginia violentadora. Neste contexto é importante ressaltar que o ambiente virtual reflete comportamentos existentes na sociedade. Em entrevista ao

jornal Estadão, Beatriz Accioly¹¹ (2015) aponta que “A violência contra mulher só existe na internet porque existe violência contra mulher fora dela”.

Neste estudo, opta-se pela adoção do termo pornografia não consensual se alinhando a posição da ONG Cyber Civil Rights¹² que esclarece que a terminologia que melhor contemplaria os casos de disseminação de imagens ou vídeos sexuais sem o consentimento de uma das partes seria o termo pornografia não consensual, isto porque o termo abarca também os materiais divulgados por outras motivações, que não a vingança. Neste contexto abre-se um leque, pode-se pensar em fotos e vídeos feitos sem que a pessoa que está sendo gravada perceba, materiais divulgados por um terceiro objetivando dinheiro através de chantagem das vítimas, aqueles obtidos através de roubos de celulares ou computadores, invasões de hackers, gravações por câmeras escondidas além dos oriundos das esferas de relações próximas e relacionamentos amorosos e que são disseminados sem consentimento.

É preciso apresentar também alguns termos que se correlacionam a prática da pornografia não consensual, como o *Slut Shaming* (sem tradução para o português) que se caracteriza pela culpabilização da mulher, na qual há a intenção de fazê-la sentir-se inferior devido à (qualquer) prática de comportamento sexual dissonante dos princípios e expectativas do patriarcado, o *Sexting* – junção das palavras inglesas *sex* (sexo) e *texting* (envio de mensagem de texto) que caracteriza o autorretrato ou vídeo erótico e o envio desses conteúdos a outras pessoas, em geral, pessoas de confiança, como amigo ou namorado. E o *cyberbullying* que se configura pelo uso do espaço virtual com o objetivo de intimidar e hostilizar outro indivíduo ou grupo. O *cyberbullying* está intimamente ligado ao *Slut Shaming*, neste contexto o exercício da sexualidade feminina é combustível para que hajam agressões direcionadas a vítima que constantemente é colocada como a principal

¹¹ Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/a-proxima-vitima-beatriz-accioly-fala-violencia-sexual-silencio-das-vitimas-e-cultura-de-estupro/> Acesso em 29 mar. 2016

¹²“Pornografia de vingança, o termo que frequentemente utilizado, é um pouco enganador. Muitos autores não são motivados por vingança ou por quaisquer sentimentos pessoais para com a vítima. Um termo mais preciso é a pornografia não consensual (NCP), definida como a distribuição de imagens sexualmente gráficas de indivíduos sem o seu consentimento” Disponível em: <http://www.cybercivilrights.org/share-your-story/> Acesso em: 29. mar. 2016

culpada pelos acontecimentos, que ocorre devido à percepção machista de que a mulher não deveria ter se deixado gravar ou fotografar.

Ademais, mesmo que a gravação/fotografia tenha sido feita com o consentimento de uma das partes (como é o caso do *sexting*) observa-se que, a partir da divulgação indevida, a desqualificação da mulher ocorrerá nos mais diversos âmbitos. A produção do material com o consentimento é colocada lado a lado da disseminação sem o consentimento, como se ambos significassem o mesmo. Ao longo do trabalho será apresentado que estas gravações e fotografias só fazem parte de um extenso conjunto de práticas das quais as mulheres deveriam se abster (assim como qualquer outra ação que saia dos limites do 'apropriado'). O controle e o contínuo monitoramento da sexualidade feminina são fundamentais para que a ordem patriarcal continue organizando a sociedade dentro da lógica da reprodução (ressalta-se que esta ordem é heteronormativa) e possui uma hierarquia, na qual, há o entendimento de que o homem possui uma série de privilégios que ainda os colocam como os 'senhores do mundo'.

Outro termo que se correlaciona a estas práticas é o *doxing*. São diversos os apontamentos sobre a origem da expressão, entre eles existe a indicação de que a palavra seria advinda da expressão "*dox*" (remetendo ao formato de arquivo 'docx' utilizado pelo programa Word, da Microsoft), outra indicação sobre a origem apresenta que *doxing* seria derivado do termo em inglês *document tracing* que se refere ao rastreamento de documentos de uma pessoa ou organização específica. Em síntese, o *doxing* caracteriza-se pela prática de obter informações sobre uma determinada pessoa ou organização utilizando a internet. Dados pessoais como nome, email, telefone, endereço residencial, local de trabalho entre outros estão comumente incluídos nas buscas. Observa-se que, muitas vezes, a prática de *doxing* acompanha a pornografia não consensual. Além de divulgar imagens e vídeos, o indivíduo expõe dados pessoais da vítima buscando que esta seja identificada e sofra maiores danos. Quando existe vínculo entre a vítima e o agressor a obtenção destas informações fica ainda mais fácil, pois ambos compartilham ou já compartilharam informações pessoais. É preciso pontuar que os principais métodos empregados para obtenção de dados incluem pesquisas em mídias sociais. Em geral, são dados que já estão acessíveis. A disponibilização de

muitas informações nas redes sociais atreladas aos baixos níveis de segurança acabam por facilitar tais processos para os indivíduos com más intenções.

O termo *doxing* liga-se também a outros praticantes, os *hackers*, que, além de conseguirem passar mais facilmente pelas barreiras de segurança, podem recolher informações e atuar objetivando extorquir quantias de dinheiro através de ameaças às vítimas, por exemplo.

A partir do documento ‘*Drafting An Effective ‘Revenge Porn’ Law: A Guide for Legislators*’ elaborado pela ONG Cyber Civil Rights Initiative¹³ apresenta-se um compilado das principais consequências identificadas da pornografia não consensual na vida das vítimas. A partir de uma pesquisa realizada no ano de 2014, que obteve 1606 respostas totais, sendo 361 respostas de vítimas de pornografia não consensual, apresenta-se algumas informações bastante relevantes. Dos respondentes 61% afirmaram já terem produzido fotos ou vídeos de si mesmos nus e enviado para outra pessoa e 23% se configuram como vítimas de pornografia não consensual. No mesmo relatório, apresentam-se as principais consequências relatadas após a ocorrência dessa violência:

Violência na Internet (Pornografia de vingança)	Consequências para as vítimas
51%	Pensamentos suicidas
49%	Sofrem assédio ou perseguição online
30%	Sofrem assédio ou perseguição fora da internet

¹³ Para mais informações: <<http://www.cybercivilrights.org/welcome/>>

93%	Intenso sofrimento
82%	Forte impacto na vida social e profissional
54%	Dificuldade de trabalhar e estudar
42%	Necessitam de auxílio psicológico
38%	Prejuízo nas relações com amigos
34%	Prejuízo nas relações familiares

Tabela1: Consequências da pornografia não consensual na vida das vítimas.

Fonte: Drafting An Effective 'Revenge Porn' Law: A Guide for Legislators

Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/revenge-porn--o-feminicidio-virtual-na-internet/16400>> Acesso em 18 mai. 2016.

Violência na Internet ("Pornografia de Vingança")	Dados das vítimas divulgados
59%	Nome completo
49%	Perfil ou rede social
26%	E-mail
20%	Telefone
16%	Endereço residencial
14%	Endereço de trabalho

Tabela 2: Principais dados das vítimas divulgados junto com a imagem/vídeo íntimo sem consentimento.

Fonte: Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/revenge-porn--o-feminicidio-virtual-na-internet/16400> Acesso em 18.mai. 2016.

Observa-se que as consequências da pornografia não consensual são diversas (psicológicas, financeiras, físicas) e podem ser realmente devastadoras para as vítimas podendo culminar até mesmo na morte. Além da exposição das imagens ou vídeos, percebe-se que muitas vezes dados pessoais das vítimas também são divulgados. Assim, as vítimas logo são identificadas. É como se estas mulheres fossem colocadas em praça pública (neste contexto na rede) para receberem o castigo devido.

4.3 ORIGEM

Objetivando uma melhor compreensão do fenômeno e sua amplitude no cenário mundial apresenta-se um breve histórico traçado pela revista New York Magazine sobre a prática da pornografia não consensual.¹⁴

O primeiro caso famoso de pornografia não consensual ocorreu em 1980 com o casal Lajuan e Billy Wood nos Estados Unidos. Lajuan e Billy estavam acampando em um parque e em determinado momento fotografaram-se nus. Ambos trataram as fotos como material privado do casal e guardaram em casa, um local que consideraram seguro. Até que Steve Simpson, vizinho do casal, invadiu a residência e roubou algumas das fotografias. Decidiu então enviar uma foto de Lajuan para a revista Hustler (especializada em imagens pornográficas para o público masculino) na seção Beaver Hunt. O vizinho, Simpson, juntamente com sua esposa Kelley Rhoades, preencheram o cadastro com informações sobre a vítima, algumas verdadeiras, como a identidade, por exemplo, e outras falsas sobre possíveis fetiches sexuais que Lajuan teria. A revista possuía um procedimento para verificar e selecionar as fotos, mas é perceptível que falhou nesse aspecto ao publicar a foto de Lajuan enviada sem o consentimento pelos vizinhos. A foto foi publicada em 1980 com o subtítulo 'Foto por marido'. O casal soube do ocorrido através de amigos e custou a acreditar até terem um exemplar da revista em mãos. Lajuan recebeu inúmeras ligações, ouviu obscenidades e teve que lidar com uma exposição totalmente indesejada. A humilhação pela qual foi submetida trouxe consequências psicológicas e financeiras, Lajuan necessitou de acompanhamento psicológico pelo período de seis semanas. O casal entrou na justiça e processou Hustler por difamação e invasão de privacidade.¹⁵

Seguindo a linha cronológica apresentada pela New York Magazine, apresenta-se o pesquisador Sergio Messina que observou um movimento entre a década de 1990 e os anos 2000 que ficou conhecido como *Realcore*, o termo refere-

¹⁴ Disponível em: <http://nymag.com/news/features/sex/revenge-porn-2013-7> Acesso em: 20 set. 2015

¹⁵ Disponível em: <http://law.justia.com/cases/federal/appellate-courts/F2/736/1084/91052> Acesso em: 20 set. 2015

se à junção de dois termos em inglês Softcore (sexo simulado) e Hardcore (sexo real gravado) que designava um gênero emergente caracterizado pela pornografia digital amadora que era disseminada livremente online.¹⁶ O termo ainda vai mais além, descrevendo uma prática em que as novas tecnologias se combinam com os desejos sexuais dos indivíduos comuns, questão a ser discutida nesta monografia. Dentro deste contexto, o ponto mais importante no estudo de Sergio Messina é a observação de um comportamento recorrente, alguns usuários na web começaram a publicar imagens pornográficas de suas ex-parceiras com intuito de causarem constrangimentos e depreciá-las no ambiente virtual, caracterizando uma onda de pornografia não consensual.¹⁷

Em 2008, o portal chamado *Xtube* – especializado em vídeos pornográficos – declarou que estava recebendo de duas a três queixas por semana de fotos e vídeos que teriam sido postados, sem o consentimento das partes envolvidas, por motivações como raiva ou vingança¹⁸. Começam a surgir então canais dedicados exclusivamente ao gênero como é o caso do (*realexgirlfriends* e *iknowtatgirl.com*).

No ano de 2010 Joshua Ashby¹⁹ publicou uma foto de sua ex-namorada no facebook após o término do seu relacionamento de cinco meses buscando vingar-se²⁰. Acredita-se que foi a primeira vez que um indivíduo foi condenado pela ação de pornografia não consensual. Ainda no mesmo ano, em 2010, o americano Hunter Moore ficou conhecido nos Estados Unidos por uma página que criou chamada “Is Anyone Up?”²¹, o site postava fotos de mulheres e homens tendo relações sexuais sem autorização, e ainda disponibilizava os links de perfis das redes sociais das

¹⁶ Disponível em: <<http://justificando.salut.com.br/2015/03/28/revenge-porn-e-sexting-parametros-da-pornografia-virtual/>> Acesso em: 20 set. 2015

¹⁷ Disponível em: <<http://www.wowonline.org/blog/tag/end-revenge-porn/>> Acesso em: 20 set. 2015

¹⁸ Disponível em: <<http://www.nclawreview.org/2015/02/a-picture-is-worth-a-thousand-words-the-legal-implications-of-revenge-porn/>> Acesso em: 20 set. 2015

¹⁹ Disponível em: <<http://www.nydailynews.com/news/world/joshua-simon-ashby-4-months-jail-posting-naked-photo-ex-girlfriend-facebook-article-1.451057>> Acesso em: 20 set. 2015

²⁰ Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-132981>>. Acesso em: 20 set. 2015

²¹ Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/the-intersect/wp/2015/12/03/revenge-porn-purveyor-hunter-moore-is-sentenced-to-prison/>> Acesso em: 20 set. 2015

vítimas. Após uma grande quantidade de denúncias, a página foi acusada de extorsão, ao condicionar que a exclusão das imagens e vídeos postados só seria feita a partir do pagamento de um determinado valor estipulado pela administração do site. Vale ressaltar que a maior parte das vítimas eram mulheres e muitas eram menores de idade. Hunter Moore foi preso nos Estados Unidos em 2014.

Em 2013, começou a tramitar um projeto de lei na Flórida que tornaria a pornografia não consensual um crime punível em até cinco anos de prisão. A aprovação veio ocorrer no dia 1º de outubro de 2015, utilizando o termo *cybersexual harassment* para designar ações de pornografia não consensual na rede²². Esse termo, traduzido para o português, como assédio sexual cibernético, abarca o uso dos meios de comunicação eletrônicos para o envio de imagens, mensagens, frequentemente com cunho sexual buscando ameaçar, insultar ou até mesmo tentar aliciar o destinatário. Essa lei possui como um de seus primeiros dispositivos a informação referente à expectativa de que os indivíduos possuem de um acordo tácito sobre imagens de natureza sexual. Nesse sentido, mesmo que os materiais tenham sido feitos ou enviados com consentimento, existe uma ideia de que esses permaneceriam sendo privados. Ressalta-se a importância dessa distinção, ou seja, é preciso compreender que a produção (e envio) do material para outra pessoa não significa que o autor(a) deu a liberdade para que haja a disseminação desse conteúdo.

Referente à incapacidade das leis de lidarem com as diversas nuances dos avanços tecnológicos e assegurarem os direitos dos indivíduos na rede, observa-se como cada projeto de lei criado ou modificado objetivando proteger as vítimas de crimes cibernéticos pode ser considerado como um importante passo para o processo de enfrentamento destas práticas. A legislação internacional varia conforme o país, mas já é possível observar que em alguns locais a preocupação em coibir a pornografia não consensual tem aumentado.

4.4 PORNOGRAFIA NÃO CONSENSUAL NO BRASIL

²² Disponível em: <<http://kellywarnerlaw.com/revenge-porn-laws-the-50-state-guide-updated-weekly/>> Acesso em: 20 set. 2015

*“E sem que você percebesse
Eu gravei de nós dois um vídeo de amor
Eu vou jogar na internet
Nem que você me processe”*

A epígrafe que inicia esse tópico é o trecho da música da dupla sertaneja Max e Mariano “Eu vou jogar na internet” lançada em 2015. O clipe da música conta a história de um casal que acabou de terminar um relacionamento. Por não ter superado que a mulher seguisse em frente e motivado pelo desejo de vingança, o ex-namorado espalha nas redes sociais vídeos íntimos do casal – gravados sem consentimento da mesma, segundo a própria letra da canção. Após a divulgação do clipe houve uma grande repercussão negativa nas mídias sociais que culminou na retirada do clipe e do site da banda do ar. A música claramente fazia apologia à pornografia não consensual tratando do tema com pouca responsabilidade. Após a grande quantidade de críticas recebidas, os autores se pronunciaram pedindo desculpas alegando que estavam somente buscando alertar os fãs sobre esta prática²³.

Assim como em diversas partes do mundo, no Brasil, não é diferente. São inúmeros os casos de distribuição de imagens e vídeos íntimos sem o consentimento de uma das partes. Observa-se que a pornografia não consensual resulta em graves prejuízos psicológicos, sociais, financeiros e até mesmo físicos para as vítimas. No ano de 2013 duas jovens (de 16 e 17 anos) se suicidaram após terem suas intimidades expostas e sofrerem o julgamento moral da sociedade.²⁴ Giana Laura, estudante de 16 anos que vivia em Veranópolis no Rio Grande do Sul, teve uma foto em que apareciam seus seios compartilhada (após um rapaz ter utilizado a tecla *printscreen*²⁵ quando ambos se comunicavam pela webcam). A

²³ Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2015/04/08/dupla-sertaneja-cria-polemica-com-a-musica-vou-jogar-na-internet/>> Acesso em: 20 out. 2015

²⁴ Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2013/11/21/revange-porn-divulgacao-de-fotos-intimas-culmina-com-suicidio-de-duas-jovens/>> Acesso em: 20 out. 2015

²⁵ Comando que quando é acionado captura a tela em forma de imagem (disponível em teclados de computadores, tablets, celulares etc).

imagem foi enviada para outras pessoas, resultando no “estorvo” ao qual a garota se refere em sua conta no *Twitter*.



Figura 1 - Giana Laura em seu twitter horas antes de ter sido encontrada.

Fonte: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/o-suicidio-da-adolescente-de-veranopolis-e-nossa-culpa-6036.html>

Julia Rebeca, adolescente de 17 anos que vivia no Piauí, teve um vídeo em que aparecia tendo uma relação sexual com outra jovem e um garoto disseminado. A outra garota se envenenou e foi socorrida a tempo, mas Julia foi encontrada já morta em seu quarto.

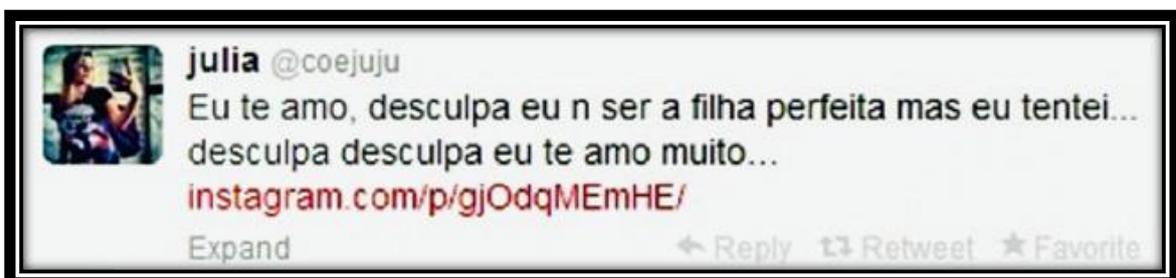


Figura 2 – Julia Rebeca em seu twitter pedindo desculpas à família antes de ser encontrada morta.

Fonte: <http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/brasil/2013/11/14/jovem-anuncia-suicidio-no-twitter-apos-video-intimo-vazar-nas-redes-sociais.htm>

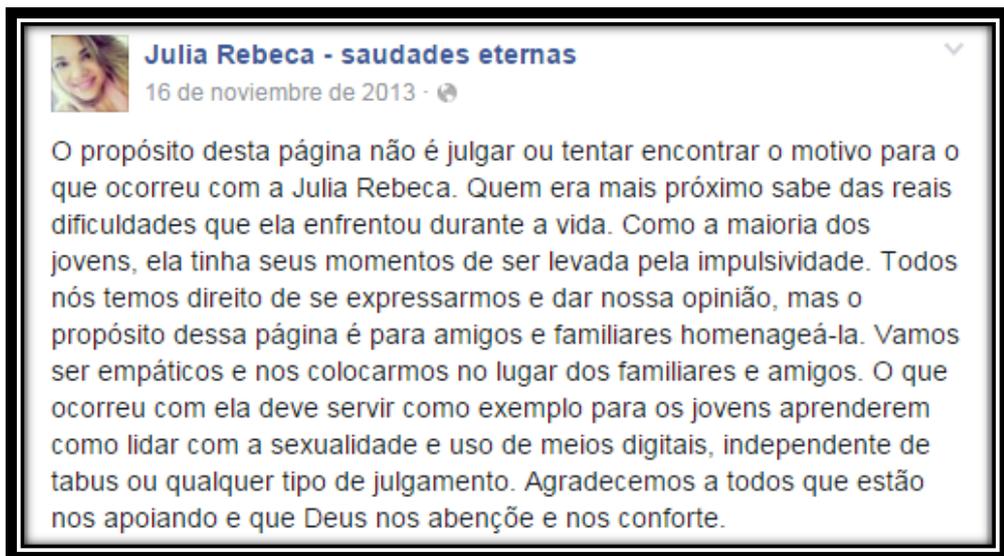


Figura 3 – Página criada em homenagem a Julia Rebeca.
Fonte: Facebook

Foi logo após esses episódios que este fenômeno começou a ter relevância em âmbito nacional e a ser objeto de discussão mais ampla. Pela atualidade e gravidade do tema parece indispensável pensar em maneiras de se combater esta condenação da sexualidade feminina, a contínua culpabilização da vítima e a não condenação do opressor. Deve-se encarar que a pornografia não consensual não é um fenômeno que ocorre isoladamente, mas sim que é parte de mais uma das manifestações do poder masculino sobre as mulheres.

Segundo uma pesquisa realizada pela ONG Safernet Brasil²⁶ os casos de vítimas de *Revenge Porn* dobraram em 2013. Entre 2012 e 2013, as denúncias aumentaram em 110%, sendo que entre os atendidos, 77% das vítimas eram mulheres. Vale ressaltar que a maior parte das vítimas se encontra em uma faixa etária menor de 18 anos. Com relação às vítimas, as mulheres além de serem mais expostas, sofrem mais com as consequências, principalmente devido à cultura machista vigente de nossa sociedade que considera imoral que a mulher exerça a sua sexualidade.

A ONG Safernet realizou uma pesquisa com 2.843 indivíduos, na faixa etária entre 9 a 23 anos de idade. A partir dos dados coletados, observou-se que 20% dos

²⁶ Disponível em: <https://wordpress.com/2014/05/05/vitimas-de-revenge-porn-aumentaram-110-segundosafernet/>. Acesso em: 16 mar. 2015.

entrevistados já receberam imagens ou textos eróticos de conhecidos e amigos e que 6% dos entrevistados afirmaram já ter repassado este conteúdo. Observa-se que as vítimas, ao serem expostas, estão sujeitas ao julgamento moral da sociedade que, majoritariamente, condena e culpabiliza a mulher por ter ‘se deixado gravar’. Apresenta-se de Heilborn com vistas a possibilitar a compreensão da relação destes fenômenos com as questões de gênero vigentes em nossa sociedade:

Essa chancela da rede social que cerca o sujeito ordena-se pela classificação das parceiras ideais. O regime das relações de gênero, prescrevendo condutas adequadas para homens e mulheres, intervém de maneira inequívoca nesse cenário da iniciação, modelando a percepção de si a partir do julgamento dos pares. As parceiras a que os rapazes têm acesso, e conseguem manter, são de capital importância em relação ao valor para si próprios e para os demais. Essa dependência intensa do outro gênero sempre foi salientada na literatura sobre o machismo das sociedades latinas. As categorias de classificação do feminino opõem as mulheres “fáceis”, que “dão mole”, “piranhazinhas”, e as mulheres “para casar”. Esse parâmetro ordena o modo com que os homens se aproximam das figuras femininas (HEILBORN, 1999, pg. 06)

Segundo uma pesquisa realizada pelo Data Popular/Instituto Avon²⁷, em 2014, 28% dos homens entrevistados afirmaram ter repassado imagens de mulheres nuas que receberam pelo celular, sejam elas fotos ou vídeos. Vale ressaltar, que nesse processo de envio e recebimento não há como saber se as imagens e vídeos foram produzidas com ou sem o consentimento da pessoa, a menos que o conteúdo tenha sido endereçado a você pelo próprio autor(a) e que, por conseguinte, provavelmente agiu esperando que o conteúdo não seja repassado a terceiros (que rapidamente se tornam milhares) em um processo tácito de confiança. Percebe-se então que aquele que repassa não é isento de responsabilidade no processo, o repasse dos conteúdos acaba por corroborar com a violência e aumentar os danos infligidos às vítimas.

Com relação às diferenças de gênero, no livro ‘O Mito da Beleza’ (1992), a autora Naomi Wolf apresenta:

²⁷ Disponível em: < http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/12/pesquisaAVON-violencia-jovens_versao02-12-2014.pdf > Acesso em: 18 mai. 2016

A violência sexual contra as mulheres não é obscena enquanto a curiosidade sexual feminina é. Deixando de lado a questão do que as imagens de violência sexual fazem, ainda assim fica aparente a existência oficial de dois pesos e duas medidas no que tange à nudez masculina e feminina na cultura dominante que dá sustentação a desigualdades no poder. (WOLF, 1992, pg.182).

No Brasil ainda não há uma lei que puna especificamente os indivíduos que pratiquem a pornografia não consensual, porém, há algumas iniciativas tramitando que objetivam coibir esta prática. No caso ilustrado abaixo, a jovem que estava sendo ameaçada pelo ex-parceiro antecipou-se e recorreu à Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos que interveio antes que o rapaz pudesse disseminar as fotos e vídeos que possuía em mãos.



Figura 4 – Print-screen das ameaças feitas pelo ex-namorado de uma jovem de Pernambuco (maio de 2014).²⁸

Fonte: Divulgação da Polícia Civil

²⁸ Disponível em: <<http://m.tecmundo.com.br/whatsapp/54228-jovem-usa-whatsapp-para-ameacar-divulgar-video-intimo-de-ex-e-acaba-presos.htm>> Acesso em: 18 mai. 2016

Em maio de 2016, outro caso gerou grande revolta em âmbito nacional pela tamanha brutalidade do ocorrido. Um rapaz, morador do Rio de Janeiro, disponibilizou um vídeo em sua conta no Twitter contendo imagens de uma jovem, menor de 18 anos, que havia acabado de ser estuprada por 33 homens. A moça aparece nua, desacordada e com marcas de violência por todo seu corpo. O usuário @michelbrazil7 postou o vídeo com comentários como “amassaram a mina”, “fizeram um túnel na mina, mais de 30” fazendo referência ao estupro coletivo, tudo isso, entre risos e chacotas sobre a situação da garota.²⁹ O vídeo teve um grande número de compartilhamentos antes de a conta ser excluída. Esse episódio reflete de maneira bastante clara os efeitos da chamada cultura do estupro já exposta nesse trabalho.



Figura 5: Homem fazendo careta diante da pelve ensanguentada da garota que foi estuprada.

Fonte: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/26/politica/1464275134_153470.html

²⁹ Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/26/politica/1464275134_153470.html>. Acesso em 26 mai.2016

Com relação ao que já foi feito em termos de legislação para o combate a pornografia não consensual e também aos projetos em processo de tramitação, observa-se que este movimento teve início no ano de 2012 após um acontecimento de grande repercussão. A atriz Carolina Dieckmann teve 60 fotos roubadas de seu computador, hackers invadiram o seu email pessoal e salvaram os arquivos³⁰. A atriz recebeu ameaças de extorsão, nas quais os criminosos pediam o valor de R\$ 10 mil para que as fotos não fossem divulgadas. Ao todo foram publicadas 36 fotos da atriz (incluindo fotos nuas) na internet, que rapidamente se alastraram pela rede. Buscando a punição dos culpados, a atriz recorreu à justiça e em 2013, a Lei 12.737/2012, que ficou conhecida como Lei Carolina Dieckmann, entrou em vigor e alterou o Código Penal incluindo crimes que envolvam tecnologia. A nova lei dispõe que é crime:

(...) invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita (JUNIOR, 2015)³¹.

Além desta lei, outro ponto relevante para o enfrentamento de crimes cibernéticos foi à aprovação do Marco Civil da Internet em 2014. O artigo 21³² estabelece que os provedores de conteúdo (sites, redes sociais, blogs, aplicativos, etc) sejam responsabilizados subsidiariamente pela “violação da intimidade decorrente da divulgação não consentida” caso não retirem do ar os materiais que contenham cenas de atos sexuais ou nudez após a notificação. Este artigo busca facilitar o processo de remoção dos conteúdos da rede e transfere a responsabilidade sobre a veiculação destes conteúdos também para as plataformas. O Marco Civil também impõe que estes provedores mantenham os registros de

³⁰ Disponível em: <<http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2012/05/carolina-dieckmann-fala-pela-1-vez-sobre-roubo-de-fotos-intimas.html>> Acesso em 26 mai.2016

³¹ Disponível em: <<http://eudesquintino.jusbrasil.com.br/artigos/121823244/a-nova-lei-carolina-dieckmann>> Acesso em: 18 out.2015

³² Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/117197216/lei-12965-14#art-21>> Acesso em: 18 out. 2015

acesso dos usuários por um período de seis meses. O objetivo desta ação é facilitar que as autoridades consigam encontrar o autor da pornografia não consensual, identificando quem foi o primeiro indivíduo a divulgar. Aqueles que derem continuidade ao processo poderão responder por injúria e difamação.

Atualmente, existem algumas propostas que estão em tramitação na Câmara e que, diferentemente das outras iniciativas, tem a pornografia não consensual como tema específico.

O Senador Romário propôs um projeto de lei em 2013 que torna crime a divulgação indevida de material íntimo. O projeto 6630/2013³³ determina que o indivíduo que divulgar material íntimo sem consentimento poderá receber uma pena de até três anos de detenção e terá a responsabilidade de indenizar a vítima por todas as despesas decorrentes das consequências geradas pela divulgação, podendo ser a mudança de domicílio, tratamentos médicos e psicológicos, perda de emprego, mudança de instituição de ensino entre outras.

Outro projeto de lei é do deputado João Arruda (PMDB/PR), que visa alterar a Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha)³⁴, criando mecanismos para o combate a condutas ofensivas contra a mulher na internet. Neste contexto, a violação de intimidade passaria a ser considerada também uma forma de violência doméstica. Entende-se, portanto, a Lei Maria da Penha para crimes virtuais.

Após ter conhecimento da proposta de João Arruda, Romário englobou ambos os projetos através do Projeto de Lei do Senado de número 63 de 2015, incluindo então no Código Penal o artigo 216-B que se refere “a conduta de constranger alguém, mediante contato físico com fim libidinoso, e a conduta de divulgar, por qualquer meio, fotografia, imagem, som, vídeo ou qualquer outro material, a prática do ato libidinoso.”³⁵. A pena vai de até três anos de detenção para os indivíduos que divulgarem fotos ou vídeos íntimos sem consentimento de uma das partes. As

³³ Disponível em: <<http://www.romario.org/portfolio/all/pornografia-de-vinganca/>> Acesso em: 18 out. 2015

³⁴ Disponível em: <<http://marcosfmachadomelojr.jusbrasil.com.br/artigos/299368736/pornografia-de-vinganca-e-sua-relacao-com-a-lei-maria-da-penha>> Acesso em: 18 out. 2015

³⁵ Disponível em: <<http://fabiofettuccia.jusbrasil.com.br/artigos/180443561/breves-consideracoes-sobre-o-projeto-que-torna-crime-a-divulgacao-de-material-intimo-na-internet-sem-autorizacao-da-vitima>> Acesso: 02 jun. 2016

grandes especificidades do projeto caracterizam-se pelo aumento da pena no caso de vítimas menores de 18 anos ou portadores de deficiência física³⁶. Ademais, caso a divulgação tenha sido feita por alguém que manteve relacionamento amoroso com a vítima, a pena também será passível de extensão. Sobre a unificação dos projetos de Romário e João Arruda:

A realocação para o Código Penal transcende, portanto, a Lei Maria da Penha, sem deixar de reconhecer a vulnerabilidade feminina existente nos casos de revenge porn. Caso o projeto seja aprovado, o sistema jurídico passará a punir de forma diferenciada e mais severa o agressor que se vale da sua posição de poder privilegiada dentro de um relacionamento. Mostrando-se atenta aos novos contornos da sociedade, bem como à necessidade de atribuir maior segurança jurídica para as vítimas de crimes eletrônicos. (GIONGO, 2015, p.7).

Nesse contexto, observa-se um ponto importante, o acordo tácito de confiança que é estabelecido no momento do registro ou envio de material para algum parceiro ou pessoa próxima. O discurso que impera apontando que “a mulher não deveria ter se deixado gravar” não contempla de forma fiel o desenrolar das relações. Rose Leonel, jornalista e fundadora da ONG Marias da Internet pontua:

Quando você sofre um crime de internet, sofre três dores: a da traição da pessoa que você amava, a vergonha da exposição e a dor da punição social. As vítimas deste tipo de crime são responsabilizadas pela maioria das pessoas, enquanto o agressor ainda é poupado pela sociedade machista. (LEONEL, 2014)³⁷.

Ao que se refere ao enfrentamento dessas práticas, deve ser levado em consideração que:

Os homens, autores dos compartilhamentos, não são afetados como as mulheres e meninas por essa exposição de caráter íntimo, pois a humilhação que a pornografia de vingança tem como objetivo só se

³⁶ Disponível em: <<http://fabiofettuccia.jusbrasil.com.br/artigos/180443561/breves-consideracoes-sobre-o-projeto-que-torna-crime-a-divulgacao-de-material-intimo-na-internet-sem-autorizacao-da-vitima>> Acesso: 02 jun. 2016

³⁷ Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-de-genero-na-internet/>> Acesso em 29 mai. 2016

concretiza para aquelas que, sob um regime de gênero, não podem vivenciar desejos e prazeres sexuais de forma livre. Isso faz com que as mulheres tenham de ser cada dia mais cuidadosas, mais desconfiadas, e as impede de expressar a própria sexualidade da forma como quiserem. (ALVES, 2015)³⁸.

Apresenta-se o termo feminicídio, usado para expressar a morte de mulheres em razão de serem mulheres, se configurando como uma violência especificamente de gênero, para apresentar a potencialização dessas práticas nocivas em uma sociedade midiaticizada. É importante diferenciar feminicídio de femicídio, sobre isso o promotor César Dario da Silva atenta:

Femicídio e feminicídio são termos comumente empregados como sinônimos, significando o homicídio de mulher pelo simples fato de ser mulher, ou seja, por seu gênero. Contudo, hodiernamente, tem sido realizada diferenciação entre os conceitos. Enquanto femicídio é o homicídio de mulher, feminicídio é o homicídio de mulher por motivo de gênero – por ser a vítima do sexo feminino, envolvendo ódio ou menosprezo por sua condição³⁹ (SILVA, 2015, p.01).

No blog ‘Blogueiras Feministas’, apresenta-se uma adaptação do termo Feminicídio que passar a receber um 2.0 (Femicídio 2.0)⁴⁰ no final, referindo-se à violência contra mulher que ocorre na internet trazendo consequências psicológicas, sociais, financeiras e por vezes resultando na própria morte das vítimas, como exemplos de casos já apresentados nesse estudo.

O termo “femicídio” é comumente usado como sinônimo para a morte de mulheres em razão de seu sexo. O feminicídio é algo que vai além da misoginia, criando um clima de terror que gera a perseguição e morte das mulheres a partir de agressões físicas e psicológicas dos mais variados tipos, como abuso físico e verbal. Ao adicionarmos o conceito “2.0”, podemos sinteticamente nos referir a um estágio específico das mídias digitais, onde a interação e participação ativa é a base estruturante, temos uma forma de agressão e de violência contra as mulheres sem precedentes na história. (ROSA, 2013)⁴¹.

³⁸ Disponível em: <http://toleranciaecontentamento.blogspot.com.br/2015_05_01_archive.html> Acesso em 29 mai. 2016

³⁹ Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_criminal/Artigos/Primeiras%20impress%C3%B5es%20sobre%20o%20femic%C3%ADdio.pdf> Acesso em 29 mai. 2016

⁴⁰ Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2013/12/femicidio-2-0-midias-digitais-tecnologia-e-violencia-contra-a-mulher/>> Acesso em: 29. mai 2016

⁴¹ Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2013/12/femicidio-2-0-midias-digitais-tecnologia-e-violencia-contra-a-mulher/>> Acesso em 29 mai. 2016.

A autora do texto Brunna Rosa ainda ressalta que a velocidade, o impacto e à amplificação de tudo que transita nas mídias digitais revela o um lado sórdido ao ser utilizado para expor, humilhar e prejudicar mulheres e adolescentes (ROSA, 2013). Assim, percebe-se que a violência contra mulher na internet traz consequências devastadoras para a vida das vítimas e se faz cada vez mais necessário refletir sobre os processos que sustentam tais práticas. Sendo sobre o processo de midiaticização das práticas sociais que tratará o próximo capítulo.

5 O PROCESSO DE MUDIATIZAÇÃO: USOS E ABUSOS

A evolução tecnológica e a incorporação das novas mídias no cotidiano dos indivíduos têm propiciado novas formas de interação, comunicação e também de relações entre os atores sociais criando assim uma nova dinâmica social. As convergências entre as telecomunicações e a informática iniciaram um processo no qual este intercâmbio entre mídia e sociedade tem como consequência grandes transformações na maneira como os atores se relacionam e se comunicam entre si. Neste contexto, é importante ressaltar que os sistemas digitais vêm ganhando cada vez mais força e se tornando um meio cada vez mais utilizado tanto pelos próprios indivíduos quanto pelos veículos de comunicação. Sgorla (2009, pg. 62) apresenta que as pessoas passam utilizar tecnologias midiáticas como mediadoras de suas práticas diárias e até das relações particulares, as quais agora estão coligadas à lógica da mídia. Assim, o aumento da incidência de pornografia não consensual se configura por estar intrinsecamente ligado às novas dinâmicas da sociedade midiaticizada.

Se há um acordo tácito de que o envio de um material íntimo deveria permanecer apenas entre os envolvidos, mantendo-se então na esfera privada,

percebe-se que estas fronteiras entre público e privado não se constituem mais de maneira tão clara e que, a partir das ferramentas disponíveis, a disseminação atinge dimensões cada vez maiores, tornando a reversão destes processos ainda mais dificultosos.

Estas tendências de exposição estariam se encaminhando, assim, para um único sentido: o de satisfazer o desejo geral do público de bisbilhotar e “consumir” vidas alheias. Os muros que antes resguardavam a privacidade sofrem cada vez mais fortes abalos, flexibilizando os limites do dizível e do mostrável. (FREITAS, 2013, p.27).

Observa-se que a contínua diversificação das plataformas online tem possibilitado cada vez mais o compartilhamento de informações, ideias, imagens e vídeos entre as pessoas tendo como consequência a reorganização das relações a partir dessas novas formas que vão surgindo.

Ao longo da última década, a rede mundial de computadores tem dado à luz um amplo leque de práticas que poderíamos denominar “confessionais”. Milhões de usuários de todo o planeta — gente “comum”, precisamente como eu ou você — têm se apropriado das diversas ferramentas disponíveis on-line, que não cessam de surgir e se expandir, e as utilizam para expor publicamente a sua intimidade. Gerou-se, assim, um verdadeiro festival de “vidas privadas”, que se oferecem despidoradamente aos olhares do mundo inteiro. (SIBILIA, 2008, p. 27).

Neste estudo, quando se refere à mediatização da sociedade, vislumbra-se o “processo pelo qual a sociedade, em grau cada vez maior, está submetida a ou torna-se dependente da mídia e de sua lógica” (HJARVARD, 2012, p. 64).

Dentre todos os aspectos apresentados, é importante ressaltar a refutação acerca de ideias que se relacionam ao determinismo tecnológico. Sobre esta conexão entre os avanços tecnológicos e os anseios da sociedade, José Luiz Braga apresenta:

Parto da perspectiva de que o processo não é mera da tecnologia, como se o avanço tecnológico é que determinasse essa ou aquela mudança. Não aparece uma tecnologia desenvolvida por um inventor que está fora do mundo, fora da sociedade. São as demandas da sociedade que provocam o avanço. Não é a mídia, a televisão, que cria uma sociedade nova. É uma sociedade caracterizada por diversos eventos que precisa de processos interacionais novos, porque os atuais não conseguem dar conta do que está

em efervescência. Isso determina a criação tecnológica. É claro que a tecnologia, uma vez criada, começa a ser usada para outras coisas. (BRAGA, 2009)⁴².

Assim, uma vez criada e incorporada a nova tecnologia, o uso que os indivíduos irão fazer dela se correlaciona as questões culturais vigentes. Raquel Recuero, jornalista e pesquisadora de temas relacionados ao ciberespaço e seus desdobramentos, em sua obra 'Redes Sociais na Internet' (2009) apresenta alguns aspectos que contribuem para esta discussão. A pesquisadora discorre sobre a necessidade de superarmos o determinismo que paira sobre as discussões entre a tecnologia e o uso que é feito dos aparatos disponíveis (2009, p.12). Posto isso, reitera-se que não se deve desvincular a internet da realidade social que a cerca (2009, p.12). Tal ponto é bastante relevante ao propiciar o entendimento de que todos os aspectos apresentados com relação à desigualdade de gênero e as práticas violentas que afetam as mulheres estão também presentes no ciberespaço. Em outro artigo, 'Redes Sociais no Ciberespaço: uma proposta de estudo' (2005) Recuero trata das questões relacionadas a dinamicidade das redes, essa viabilizaria certos padrões de organização que podem ser tanto cooperativos, como competitivos ou geradores de conflito variando conforme a utilização da rede (2005, p.10). A autora ainda atenta sobre a importância de um estudo que contemple essas dinâmicas:

Assim como a abordagem estrutural das redes sociais, a ciência das redes também necessita ter atenção para com os processos dinâmicos da rede. Por conta disso, as redes adaptam-se e modificam-se com o passar do tempo. Um modelo de rede que não leve em conta a dinâmica do sistema pode, invariavelmente, oferecer apenas uma "fotografia" de um fenômeno, estanque e parado no tempo [...] Deste modo, não se pode analisar uma rede unicamente sob as dimensões de estrutura e organização, pelo simples fato de que seu pressuposto fundamental é sua mudança no tempo. É necessário, portanto, incluir um novo item à análise: a dinâmica dos processos da rede social. (RECUERO, 2005, p.27).

⁴² Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2477&secao=289> Acesso em 29. Mai. 2016

Nesse sentido, se torna importante aprofundar a discussão sobre o conceito de midiatização como remodelador da organização social na qual a mídia deve ser considerada elemento fundamental para a compreensão das novas dinâmicas que se estabelecem. O processo de midiatização abarca as mudanças estruturais que ocorrem nas relações estabelecidas pela mídia e as diversas outras esferas sociais. Sobre isto, Stig Hjarvard afirma:

A midiatização é um processo de dupla face no qual a mídia se transformou em uma instituição semi-independente na sociedade à qual outras instituições têm que se adaptar. Ao mesmo tempo, a mídia se integrou às rotinas de outras instituições, como política, família, trabalho e religião, já que um número cada vez maior das atividades destes domínios institucionais é realizado através tanto dos meios de comunicação interativos quanto dos meios de comunicação de massa. (HJARVARD, 2012, p. 1).

Dessa forma, pode-se pensar na midiatização como um entendimento sobre os processos sociais que ocorrem na sociedade e, que, devem ser pensados tendo a mídia lado a lado com as outras instituições presentes no contexto. Esta noção possibilita melhor compreensão acerca dos padrões de interação dos quais a mídia já não pode ser mais desvinculada. Verón apresenta que uma sociedade midiatizada seria aquela em que se considera os meios que estão instalados na mesma. Pois os meios representam as diversas facetas que compõem a sociedade, assim, constituem-se como uma espécie de espelho através do qual a sociedade industrial se reflete e comunica (2001, p.1)⁴³.

A partir disto, a mídia deve ser entendida como agente de mudança cultural e social, pois se deve considerar as diversas mudanças estruturais que derivam desta relação entre a mídia e as outras esferas sociais. De acordo com Sgorla, a lógica e cultura midiática passam a orquestrar o curso da vida em sociedade, a partir de uma temporalidade, espacialidade, estética e ideologia singular (SGORLA, 2009,

⁴³ 'Una sociedad mediática es una sociedad donde se considera que los medios que se van instalando en ella, porque representan las mil facetas que la componen, se constituyen en una suerte de espejo (más o menos deformante, poco importa esto), a través del que la sociedad industrial se refleja y se comunica'.

p.5). Observa-se que nesse contexto, é preciso considerar estas novas reconfigurações o modo de ser, sentir e se expressar.

Com efeito, os atores sociais acabam reconfigurando seu modo de estar no mundo e são condicionados a uma nova experiência; a uma nova forma de existência social; a novos vínculos; a novos modos de agir, acolher significados e produzir sentidos; a novas estruturas para perceber e pensar o real; a novos mecanismos de tomadas de decisão; e a novos meios de interagir e de comunicar que só têm validade na jurisdição da “sociedade midiaticizada”. Isso tudo repercute na construção dos sentidos socialmente compartilhados, produz novas acepções à cultura, aos hábitos, às condutas sociais, aos códigos, aos valores, às sensibilidades, inaugurando padrões identitários e interferindo densamente nos desenhos das sociabilidades já instituídas. (SGORLA, 2009, p.67).

Adjacente a isso, deve-se apresentar a correlação entre o processo de midiaticização quando associado a sistemas culturais hegemônicos que podem desencadear em fenômenos abusivos como é o caso da intensificação da prática da pornografia não consensual. As novas configurações das relações sociais mediadas pela tecnologia quando inseridas em uma cultura na qual operam sistemas estruturais de desigualdade de gênero podem trazer graves consequências para as vítimas.

Sabe-se, porém, que todo processo hegemônico e opressor acaba por estabelecer brechas e resistência, assim embora os discursos predominantes sobre a pornografia consensual e sobre suas vítimas sejam de acusação e estejam intrinsecamente ligados a todas as questões de gênero debatidas no presente estudo, pode-se observar uma série de iniciativas e movimentos organizados por mulheres que buscam colocar em pauta questões relacionadas ao enfrentamento dessas práticas pela comunicação. Posto isto, apresenta-se a comunicação de resistência como uma possível forma de intervenção a esses processos.

6 COMUNICAÇÃO DE RESISTÊNCIA

Resgatando alguns pontos trazidos neste trabalho sobre o modo como as relações se desenvolveram historicamente, com o masculino se sobrepondo ao feminino, resultando nas mais diversas formas de dominação, exploração, de violência de gênero e ignorando as outras possibilidades de existência e também de relações (como a transexualidade ou qualquer ordem que fuja a heteronormatividade, por exemplo) ressalta-se a importância das diferentes formas de resistência que surgem neste contexto.

Posto isso ressaltam-se as mudanças que a sociedade midiaticizada possibilita não só aos sentidos hegemônicos, mas também para o embate de diferentes ideias e organização de grupos historicamente oprimidos que, através de estratégias de comunicação e resistência, conseguem fazer com que suas vozes ecoem e confrontem os discursos já instituídos.

Sobre as novas formas de organização da sociedade, considerando as mudanças que advêm para a constituição das comunidades (e sentimentos de pertença), Peruzzo observa:

Em suma, paralelamente ao egoísmo e ao isolamento pessoal e no contexto das contradições e desigualdades sociais, há toda uma dinâmica de

mobilização representada em múltiplos movimentos e organizações populares. São movimentos relacionados a questões étnicas e de gênero, associações, grupos de ajuda mútua, redes de movimentos sociais, cooperativas, movimentos ambientalistas, movimentos contra a violência etc., acrescidos de aliados, como ONGs, segmentos progressistas de igrejas e outras organizações do terceiro setor. (PERUZZO, 2006. p.14).

Assim, Castells argumenta que o papel da internet não deveria ser considerado somente instrumental, ou seja, para o autor assiste-se a uma fusão de redes humanas com redes tecnológicas, em que estas, para além do seu potencial instrumental transformam-se em “alavanca(s) de transformação social” (CASTELLS, 2003, p. 174). O autor ainda enfatiza o uso do ciberespaço como uma ágora eletrônica global pelos movimentos sociais do século XXI onde ocorrem discussões e organizações coletivas que buscam a transformação da sociedade (CASTELLS, 2003, p.115).

Observa-se então que se por um lado, perpetuam-se e surgem novas formas de violência de gênero, por outro lado, a internet se constitui como espaço no qual as mulheres são capazes de organizar e apresentar contrapontos a predominância de um discurso que ainda é sexista.

Nesse sentido utiliza-se da contribuição dos Estudos Culturais, mais especificamente do autor Stuart Hall (1999) sobre a pluralidade das identidades e importância das vozes dissidentes. Em seus estudos, observa-se uma contestação da hegemonia⁴⁴ cultural na sociedade contemporânea (WOITOWICZ, 2014). Hall apresenta que as mudanças culturais do nosso tempo produzem “uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e torna as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas” (1999, p. 87). O autor discorre sobre esta nova dinâmica na qual a mídia é tida como pressuposto fundamental, em conjunto com outros aspectos (sociais, culturais etc.), para o entendimento das novas formas de organização da sociedade.

⁴⁴ Com relação às hegemonias, o militante político italiano Antonio Gramsci se faz presente no pensamento de Downing (2004), tendo grande influência em seu trabalho para pensar como escapar e produzir as contra-hegemonias (MELO, 2014, p. 72). Observa-se que o processo em torno da hegemonia inclui a disputa pelo monopólio dos órgãos formadores de consenso, como imprensa, partidos políticos, sindicatos, Parlamento etc., “de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica” (GRAMSCI, 2000, p. 265).

Assim, as diferenças que por hora são homogeneizadas, por outra efervescem com ainda mais força. Sobre este processo, Hall aponta: “juntamente com as tendências homogeneizantes da globalização, existe a ‘proliferação subalterna da diferença” (2003, p. 60).

É com base nesta concepção de identidades, e em uma perspectiva de cultura que compreende a experiência vivida dos grupos sociais, que se pode refletir sobre a noção de hegemonia e sobre as diferentes maneiras através das quais os indivíduos e grupos sociais elaboram a sua cultura, se apropriando dos referenciais midiáticos e, ao mesmo tempo, produzindo resistência. (WOITOWICZ, 2014, p.6).

São inúmeras as possibilidades e cada vez mais é possível perceber a eclosão de novos movimentos (espontâneos ou organizados), por parte do contingente feminino, que buscam confrontar a misoginia que ainda perpassa as diversas esferas da sociedade e se reflete também no comportamento dos indivíduos na rede. De acordo com Jair Ramos a “internet pode ser considerada um campo social multifacetado que serve à visualização e à repercussão desses embates, além de ser também um espaço onde tais embates se realizam por meio da disseminação das posições em luta” (2013, p.2). Assim, na medida em se reproduzem e se perpetuam discursos condenatórios acerca da sexualidade e dos padrões de gênero a serem seguidos, também há a presença de discursos contra-hegemônicos que questionam e enfrentam tais enunciados (RAMOS, 2013).

A partir da compreensão de como estes processos de midiaticização, levantados no capítulo anterior, proporcionam práticas sociais nas quais se perpetuam, potencializam ou criam-se novas formas de violência de gênero, como é o caso da pornografia não consensual que foi amplamente incorporada como mais uma violência que reforça um discurso opressivo em relação à sexualidade feminina e ainda, intensificada pelo uso da tecnologia. A comunicação contra hegemônica⁴⁵ se coloca frente a estas questões e se configura como uma das possíveis formas de

⁴⁵ Nesses cenários a mídia radical tem a missão não apenas de fornecer ao público os fatos que lhe são negados, mas também de pesquisar novas formas de desenvolver uma perspectiva de questionamento do processo hegemônico e fortalecer o sentimento de confiança do público em seu poder de engendrar mudanças construtivas. (DOWNING, 2004, p. 49).

contestação dos discursos dominantes. Neste contexto busca-se apresentar como a comunicação contra-hegemônica poderia intervir e se colocar como processo de resistência capaz de ampliar o protagonismo dos grupos oprimidos. Principalmente através de discursos que possibilitem a esses indivíduos contar ou recontar suas próprias histórias ressignificando-as e trazendo pontos que não teriam sido levantados se a comunicação partisse somente da mídia tradicional.

As discussões em torno de questões de gênero não ficam fora desse contexto, com o uso da internet e das redes como plataformas de comunicação e geração (ou apropriação) de acontecimentos e mobilização. Pensar as relações de gênero e comunicação a partir da internet traz consigo um volume de informações que podem ser vistas por diferentes ângulos e que, ao mesmo tempo, parecem se interligar de forma simbiótica. Percebemos, nesse espaço, a presença de toda uma carga social e cultural que tenta regular e normatizar as nossas ações e as nossas vivências. Também notamos que as questões de gênero, na internet, aparecem de forma muito evidente e acionam rapidamente a geração de valor, deixando claro que, nesse terreno, as tensões são muitas e podem apresentar-se até mesmo na forma de violência enunciativa. (BERNARDES, 2014, p.2).

Simultaneamente a todos os discursos culpabilizadores e vigilantes sobre a mulher e seu comportamento, existe esta interface positiva, na qual a internet se configura como meio que possibilita um maior contato das mulheres com termos, grupos, informações, relatos e espaços de acolhimento que podem gerar sentimentos de segurança e apoio, trocas sobre formas de se proteger e empoderar, blogs e sites que trazem outras perspectivas acerca das discussões sobre gênero, hashtags que confrontam padrões, denunciam violências e trazem questões à tona, entre tantos outros dispositivos e estratégias que se configuram como uma maneira de resistir das mulheres frente a tantos obstáculos impostos às suas próprias existências.

Assim, apresenta-se Downing (2004) que pensa a comunicação em sua potência de resistência, como mídia radical (MELO, 2014, p.72).

A comunicação tem a ver com compartilhar com discernimento a gama de questões que flagelam a vida social, tal como percebidas a partir de inúmeros pontos de vista, e compartilhar as possíveis soluções para elas é muito mais condizente com o potencial da mídia do que qualquer outra instituição contra-hegemônica, como um partido, um sindicato ou um conselho. A resistência, em outras palavras, é resistência às múltiplas fontes de opressão, mas requer, por sua vez, diálogo nos diversos setores –

por sexo, raça, etnia, e nacionalidade, por exemplo. A mídia radical alternativa é central nesse processo. (DOWNING, 2004, p. 53).

Segundo Downing, a mídia radical pode ser considerada a viga mestra da comunicação democrática uma vez que comparada a sua escassez de recursos, tem muito mais poder de transformação que a mídia convencional. (p. 78-79). Neste contexto, é importante ressaltar algumas características da mídia radical que o autor levanta em seus estudos. Primeiramente refere-se à expansão da esfera das informações que ocorre através do diálogo (que é reduzido ou não ocorre a partir da redução ou negação do espaço das audiências nas mídias tradicionais). A relação com os movimentos sociais que acarreta em uma maior sensibilidade aos diferentes pontos de vistas, que, se levantados em outras instâncias poderiam ser vexados. Outro ponto se refere a um chamado 'fluxo inverso', no qual pautas da mídia radical se transporiam para a mídia tradicional e por último a não censura devido a não submissão aos interesses dominantes (DOWNING, 2004).

Fundamental para pensarmos a mídia radical em nosso trabalho é observar seu aspecto relacional entre hegemonia cultural e engajamento político. Na mídia radical a base de toda a sua produção seria sempre o intuito em comunicar-se, e quem produz essa comunicação são sujeitos que experimentam a mídia, que se misturam a ela, estabelecendo relações através e por aparelhos, ou não. (MELO, 2014, p.72).

Os exemplos de comunicação de resistência trazidos neste trabalho partem para além dos discursos perpetuados sobre o corpo feminino que condenam a nudez e a própria sexualidade feminina como algo que existiria somente para servir o masculino.

Tratamos, por conseguinte, de considerar o corpo como película a ser gravada e comunicada, seguindo as pistas de Downing (2004), observar o corpo sendo meio de autoexpressão, considerando o sujeito comunicante como "co-arquiteto" de espaços de resistência crítica e ativista. (MELO, 2014, p.74).

Sobre tal perspectiva, a mulher não pode ser considerada apenas expectadora destes processos, mas sim um agente ativo capaz de falar por si, de

reivindicar pautas, de apresentar seus desejos e anseios e de contestar os discursos hegemônicos que ainda perpetuam os estereótipos de gênero e desqualificam aqueles que não correspondem às exigências do patriarcado. Ambos os casos apresentam um outro olhar sobre o corpo feminino para além dos tradicionais limites impostos pelo pudor e tendo o consentimento como princípio fundamental inalienável.

Assim, com relação aos casos escolhidos que utilizam o corpo como instrumento de resistência e ressignificação dos discursos limitadores, utiliza-se de Christine Greiner e Helena Katz (2005) que apresentam o conceito de corpomídia sobre o qual se abandona a dicotomia emissão-recepção para então pensar o corpo como produtor de mídia (MELO, 2014, p.75).

O corpo não é um meio por onde a informação simplesmente passa, pois toda informação que chega entra em negociação com as que já estão. O corpo é o resultado desses cruzamentos, e não um lugar onde as informações são apenas abrigadas. É com esta noção de mídia de si mesmo que o corpomídia lida, e não com a ideia de mídia pensada como veículo de transmissão. A mídia à qual o corpomídia se refere diz respeito ao processo evolutivo de selecionar informações que vão constituindo o corpo. A informação se transmite em processo de contaminação. (GREINER; KATZ, 2005, p 7).

Neste contexto, é importante ressaltar a negação da posição de sujeito passivo imposto às mulheres. Refuta-se a aprovação de um terceiro indivíduo e prima-se pela autonomia feminina de satisfazer-se livremente. A emancipação, neste contexto, pode ser considerada a essência de ambos os casos, que se refletem no recobro e resistência de seus próprios corpos.

Mas o que importa ressaltar é a implicação do corpo no ambiente, que cancela a possibilidade de entendimento do mundo como um objeto aguardando um observador. Capturadas pelo nosso processo perceptivo, que as reconstrói com as perdas habituais a qualquer processo de transmissão, tais informações passam a fazer parte do corpo de uma maneira bastante singular: são transformadas em corpo. (GREINER; KATZ, 2005, p. 130).

Assim, o corpo torna-se instrumento político, capaz de expressar a negação de toda a carga que lhe fora imperiosamente atribuída e reivindicar a essência que outrora lhe fora arrancada.

7 METODOLOGIA

A metodologia utilizada consistiu em uma pesquisa exploratória em dados secundários com o objetivo de mapear estratégias de resistência à pornografia não consensual na rede. Nesta etapa objetivou-se reunir dados preliminares que possibilitassem elucidar de maneira mais completa os aspectos que circundam a prática da pornografia não consensual.

Tal pesquisa consistiu em uma visita a diversos sites e blogs que trabalhassem temas relacionados à violência de gênero, violência de gênero na internet e também casos que especificassem a pornografia não consensual. Assim, surgiram diferentes hipóteses e novas ideias que foram propiciadas pelo contato com o tema, mas em concordância com os aspectos levantados sobre comunicação de resistência, alguns motivos foram decisivos quando tais casos foram escolhidos.

A opção pelo caso da 'Bucepower Gang' e do 'Projeto Consent' se relacionou a percepção de que esses representam a fundamentação teórica do trabalho. Nesse sentido, justifica-se a escolha com base nos seguintes aspectos:

- Ambas as estratégias foram delineadas por atores sociais em posições desvantajosas e/ou estigmatizadas, no caso, mulheres que se caracterizam por ser

um grupo historicamente oprimido, que em diversos momentos tiveram seus direitos negados.

- O caráter contra-hegemônico dos discursos, uma vez que contestam o machismo presente no comportamento dos indivíduos que acreditam que podem dizer ou fazer o que sentirem vontade com as mulheres.
- O uso do corpo e a nudez feminina como instrumento questionador dos limites impostos.

Tais categorias trazem algumas reflexões: se alguém compartilha uma foto de uma mulher nua sem o consentimento, a chamam de vagabunda. Se uma mulher compartilha uma foto de si própria nua, por que também a chamam de vagabunda? Percebe-se que o consentimento é colocado em segundo plano e que o corpo da mulher só é aceito quando, de certa forma, a ela não pertence. Neste contexto, os casos escolhidos buscam ressaltar a importância do consentimento e chamam a atenção ao que se refere ao entendimento de que sem o consentimento, só existe violação (HOLTEN, 2015). Apresenta-se a importância da diferenciação destas formas de exposição. Na primeira, quando não há consentimento, a mulher se torna objeto. Na segunda, a mulher se torna agente.

Ou seja, a escolha dos casos se dá no sentido de problematizar as questões que impedem que as mulheres se configurem como donas de seu próprio corpo e voz. É importante destacar que a resistência a um fenômeno assim não precisa necessariamente ter a nudez ou o corpo como instrumento, existem diversas estratégias possíveis e diferentes entre si, mas para o presente estudo é importante contemplar e questionar os porquês pelos quais não seria considerado adequado à utilização do corpo aliada à sua essência (que foi usurpada contra a vontade das vítimas) como uma forma de resistência.

No primeiro caso, Bucepower Gang, observa-se que o grupo organizador é constituído por mulheres, majoritariamente negras, que se auto-organizaram, vindas da periferia (o que constitui uma série de outras opressões sofridas que devem ser levadas em consideração, bem como o fato de serem mulheres negras o que representa um adendo de lutas ainda maior). Justifica-se a escolha da Bucepower Gang por esta se constituir como uma voz dissidente dos discursos hegemônicos ao pautar a liberdade sexual da mulher na sociedade. Através de um ato que se tornou

bastante comum nas relações estabelecidas entre os atores sociais, o compartilhamento de *nudes*⁴⁶, neste caso feito de mulheres para outras mulheres, para si próprias (ou ambos), se configura como um ato de resistência na medida em que a nudez feminina não é produzida para servir o mercado e os anseios sexuais masculinos que imperam neste contexto.

O segundo caso escolhido intitula-se '*Consent*', em português 'Consentimento', no qual Emma Holten, após ter sido vítima de pornografia não consensual, optou por ressignificar os discursos que lhe foram atribuídos. É importante ressaltar o poder dos discursos hegemônicos de incutirem crenças e valores na subjetividade dos indivíduos. Emma ressalta fortemente as consequências advindas dos julgamentos e ofensas aos quais foi exposta no próprio entendimento de si mesma e que se relaciona sobre os efeitos desta hierarquia que coloca as mulheres como sujeitos passivos que não devem expressar seus pontos de vista. Sobre esta hierarquização, apresenta-se Sandra Jovchlovitch:

Se são as tuas representações e o teu saber que são colocados no mais ínfimo degrau da escala, isso pode te desvalorizar como pessoa e desautorizar tua visão de mundo diante de outros grupos sociais. Pode desacreditar o que tens a dizer e frustrar tuas possibilidades de ter acesso a recursos e oportunidades. Isto pode destruir tua auto-estima e te marcar por toda a vida (JOVCHELOVITCH, 2008, p.83).

Posto isto, o próximo passo foi o estabelecimento de categorias para analisar tais estratégias de resistência. Sendo elas:

- uso das imagens (principalmente ao que se refere ao conteúdo exposto),
- linguagem verbal,
- a ligação ou não com experiência pessoal sobre o tema,
- as motivações que levaram a criação de tais estratégias.

⁴⁶ Expressão que designa fotos do próprio corpo nu que podem ou não conter algum teor ou ato sexual.

A partir da descrição dos casos, busca-se contemplar os aspectos delimitados nas categorias. Assim possibilita-se um maior entendimento sobre as estratégias e realiza-se uma análise mais aprofundada de modo a representar a fundamentação teórica apresentada neste estudo.

8 ANÁLISE DOS CASOS

No caso da Bucepower Gang são mulheres, vindas da periferia, que se auto-organizaram e se propõe a criar um espaço cuja principal função é estimular a discussão em torno da liberdade sexual da mulher na sociedade através do compartilhamento de *nudes* (como já apresentado, tal expressão designa fotos do próprio corpo nu que podem ou não conter algum teor ou ato sexual) entre mulheres. Emma Holten, por sua vez, após ter sido vítima de pornografia não consensual optou por não calar-se diante da esmagadora reação dos indivíduos que a recriminaram e a condenaram por algo que ela não provocou. Seu corpo que foi desumanizado em um primeiro momento, foi justamente o instrumento de resistência escolhido para ressignificar os enunciados que lhe foram atribuídos contra sua vontade. Sua atitude se coloca contra a hegemonia, pois já se espera que a vítima se mantenha calada e não busque chamar ainda mais a atenção. Na contramão dos discursos condenatórios que ditam imperiosamente que as mulheres deveriam sentir vergonha, observa-se que estas estratégias comunicativas questionam, ‘vergonha do que?’, ‘de sermos mulheres?’, ‘do livre exercício da sexualidade?’, ‘da aceitação do próprio corpo?’ entre outros. Demonstra-se que é possível negar todas as imposições e expressar seus próprios anseios. Nesse sentido tais iniciativas se

caracterizam como estratégias de resistência pois buscam ressignificar os discursos que permeiam o gênero, corpo e exercício da sexualidade feminina.

A partir das escolhas dos casos, o segundo momento foi o estudo dessas estratégias de comunicação de resistência a partir da análise dos seguintes aspectos: uso das imagens ao que se refere ao conteúdo. Por conseguinte, a linguagem verbal utilizada, ou seja, quais são os elementos textuais que acompanham tais imagens e qual o teor das mensagens presentes. E por fim, os motivos que levaram a criação de tais estratégias, se estas derivam ou não de uma experiência pessoal sobre o assunto.

8.1 CASO 1 BUCEPOWER GANG: A NUDEZ COMO FORMA DE EMPODERAMENTO FEMININO

Uma das propostas de intervenção apresentadas neste trabalho é o projeto intitulado Bucepower Gang que se caracteriza por uma conta na plataforma Tumblr na qual mulheres podem enviar suas fotos e mensagens para serem publicadas. Buscou-se responder a questão da pesquisa, ou seja, como esta iniciativa pode ser considerada uma possível forma de enfrentamento a pornografia não consensual e de que formas a Bucepower Gang se configuraria como sendo uma estratégia de comunicação de resistência.

Um dos objetivos do grupo criador, composto por cinco mulheres, é fomentar a discussão em torno da liberdade sexual da mulher na sociedade. A Bucepower Gang surge como uma resposta aos compartilhamentos sem consentimento de imagens e vídeos íntimos e trata da desconstrução deste véu pudico que permeia o nu feminino.



Figura 6: Foto das integrantes tirada pelo fotógrafo Guilherme Santana.

Fonte: http://www.vice.com/pt_br/read/a-bucepower-gang-a-nova-geracao-de-feminismo-no-tumblr

O movimento surge questionando o distanciamento dos meios acadêmicos com a realidade enfrentada pelas mulheres na sociedade, principalmente na periferia, ademais, as integrantes fazem uma crítica ao feminismo contemporâneo que muitas vezes se restringe a internet, proporcionando a reflexão acerca da importância da militância feminista em atuar em todas as frentes e não se limitar a apenas um meio. Busca-se criar um espaço de acolhimento e apoio. Nesse sentido, as administradoras evitam colocar filtros acadêmicos ou estéticos nas falas e nas imagens recebidas tornando o espaço de fácil acesso.

As mulheres estão se ajudando mais dentro das comunidades periféricas por meio de conversas, debates e atividades destinadas a mulheres que são carentes de informação e poder monetário”. E se tem uma coisa que a militância aut centrada virtual falhou em compreender é que representatividade no rolê é muito mais complexo do que um post bonito de blog. (TUTTI, 2015)⁴⁷.

Uma das criadoras chama-se Laysa Moretti, nascida em Osasco e rapper que traz questões de gênero às suas músicas, com letras que abordam temas como feminismo, sororidade e empoderamento feminino. O grupo também é composto por

⁴⁷ Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/read/a-bucepower-gang-a-nova-geracao-de-feminismo-no-tumblr> Acesso em: 15. mar. 2015

Barone, Tutti, Cris e Janna. Uma das integrantes, Janna, foi vítima de pornografia não consensual em 2014 quando um ex-namorado compartilhou uma foto dela pelo aplicativo Whatsapp em um grupo com 50 pessoas. Em entrevista para a Revista VICE no ano de 2015, Janna comentou:

Achava que isso nunca iria acontecer comigo. Acabei até saindo dos dois empregos que eu estava na época por causa disso. Sofri muito, ouvi as minas me zoarem. Umas vieram me bater na rua. Hoje, posso dizer que amo meu corpo e que o Bucepower me mudou e me ensinou a aprender a me aceitar – e foda-se se eu quero mostrar meu corpo. (JANNA, 2015)⁴⁸.

Com relação à disseminação de fotos e vídeos nas redes sem o consentimento, Petrosillo argumenta:

Da publicação de imagens privadas ao que parece ser um simples compartilhamento, ocorre violação da intimidade de alguém. O corpo que se apresenta virtualmente, já não pode mais ser desvinculado do físico. Pensar na circulação de imagens do corpo nu feminino no ciberespaço é refletir sobre uma das questões mais representativas do hibridismo contemporâneo, pois ele se encontra tangenciado por tantos elementos e em uma rede de conexões que envolvem novos fenômenos e indefinições. A nudez extrapola as fronteiras virtuais e exhibe questões sobre os aprisionamentos que o corpo feminino é submetido. (PETROSILLO, 2015, p. 225).

O Tumblr se caracteriza por ser uma plataforma gratuita que possibilita publicação de imagens, textos, gifs de modo bastante acessível. Na conta de Tumblr da Bucepower Gang disponibiliza-se um contato de email para que as mulheres possam entrar em contato e enviar suas fotos.

Ademais, há uma frase que incentiva que as mulheres escrevam o que a imagem enviada representa para elas. Há também uma aba intitulada 'Quer compartilhar algo?' e outra 'Qual sua dúvida?' que oferece uma caixa de texto para que haja espaço para a comunicação entre as administradoras e os visitantes do Tumblr. A página principal é repleta de imagens de mulheres que, por vontade

⁴⁸ Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/read/a-bucepower-gang-a-nova-geracao-de-feminismo-no-tumblr> Acesso em: 15. mar. 2015

própria, decidiram expor seus corpos e pensamentos. Trechos de textos, relatos e das perguntas feitas para as administradoras também são veiculados.



Figura 7: – Tumblr Bucepower Gang

Quando questionadas sobre o uso das imagens como forma de excitação masculina e se isso se configuraria como mais uma forma de objetificação, o grupo apresenta “O prazer é mental, físico e individual nessa situação. Independente do gênero isso pode ocorrer! Temos uma causa e ela vai além dos olhos que erotizam.” (BUCEPOWER GANG, 2015)⁴⁹. Observa-se que este movimento cria um espaço para que as mulheres compartilhem suas fotos, mas não se restringe a apenas isso, muito mais do que as imagens, as mulheres compartilham anseios, desejos, medos e depoimentos principalmente relacionados à aceitação da própria aparência e ao entendimento de que a beleza está em todos os tipos de corpos, formas e cores.

A partir da descrição do caso o próximo passo foi a realização de um processo analítico com base no referencial teórico e nas categorias delimitadas. Percebe-se de forma bastante contundente o caráter de comunicação contra-hegemônica que se correlaciona diretamente com a resistência dos corpos

⁴⁹ Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/read/a-bucepower-gang-a-nova-geracao-de-feminismo-no-tumblr> Acesso em: 15. mar. 2015

femininos que confrontam os discursos já instituídos sobre a sexualidade, aparência e comportamento da mulher. São fotos de seios, bundas, vaginas, de mulheres exercendo a sua sexualidade, faces, silhuetas, atos sexuais etc. Apesar de haver algumas imagens com filtros, em suma, a maior parte não contém nenhum tratamento em programas de edição e apresentam a realidade sobre o corpo da mulher, aspectos naturais do corpo feminino que são condenados e apagados continuamente pelos outros meios, como estrias, rugas e celulites, por exemplo.

Reivindicando o uso do corpo feminino para além da reprodução humana, o blog incentiva a mulher pensar sobre seu corpo, seus direitos e motiva a contestação dos papéis estabelecidos pelo sistema. Nesse sentido, o corpo feminino pode ser entendido como instrumento político indo ao encontro do conceito de corpomídia, de Christine Greiner e Helena Katz (2005), principalmente por exprimir a autonomia feminina de escolher fazer o que desejar de si mesma reconstruindo os significados que foram impostos a sua própria existência, desde o nascimento até sua morte.

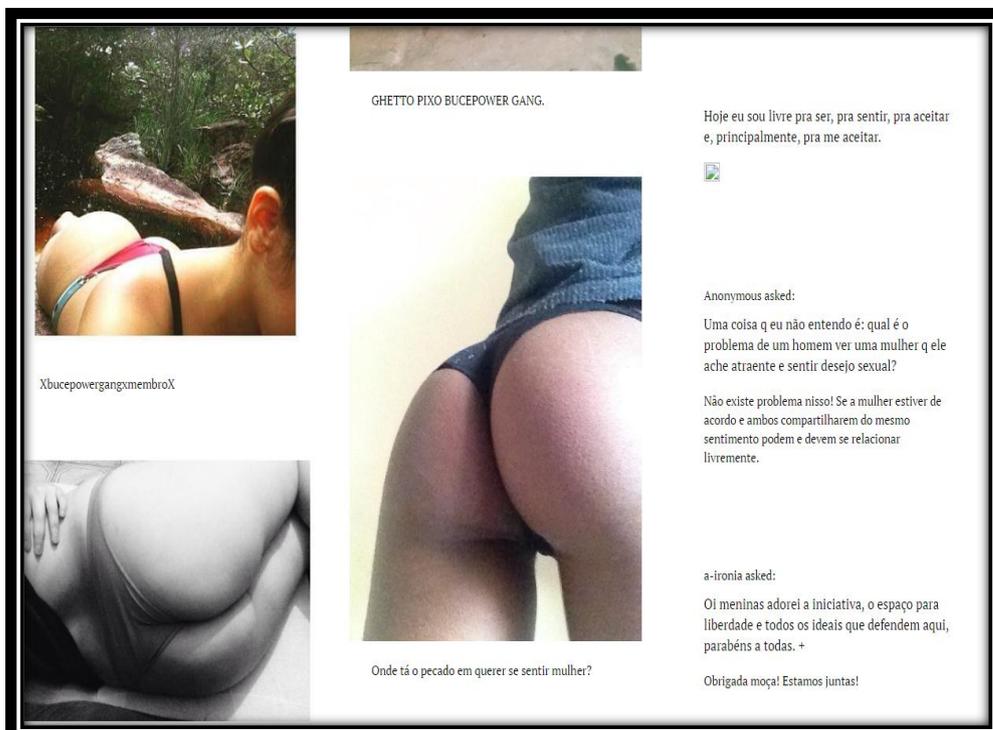


Figura 8 - Imagens enviadas para a conta de Tumblr da Bucepower Gang

O conteúdo do Tumblr é criado de forma colaborativa. Como já mencionado, a participação se dá via um email disponibilizado na página inicial onde mulheres que tenham interesse em participar da causa ('gang') podem enviar uma imagem para as administradoras após se apresentarem e optarem em participarem do grupo. O objetivo de contemplar os diferentes corpos é alcançado na medida em que mulheres das mais diferentes cores, formas e tamanhos decidem compartilhar imagens de si próprias neste Tumblr.

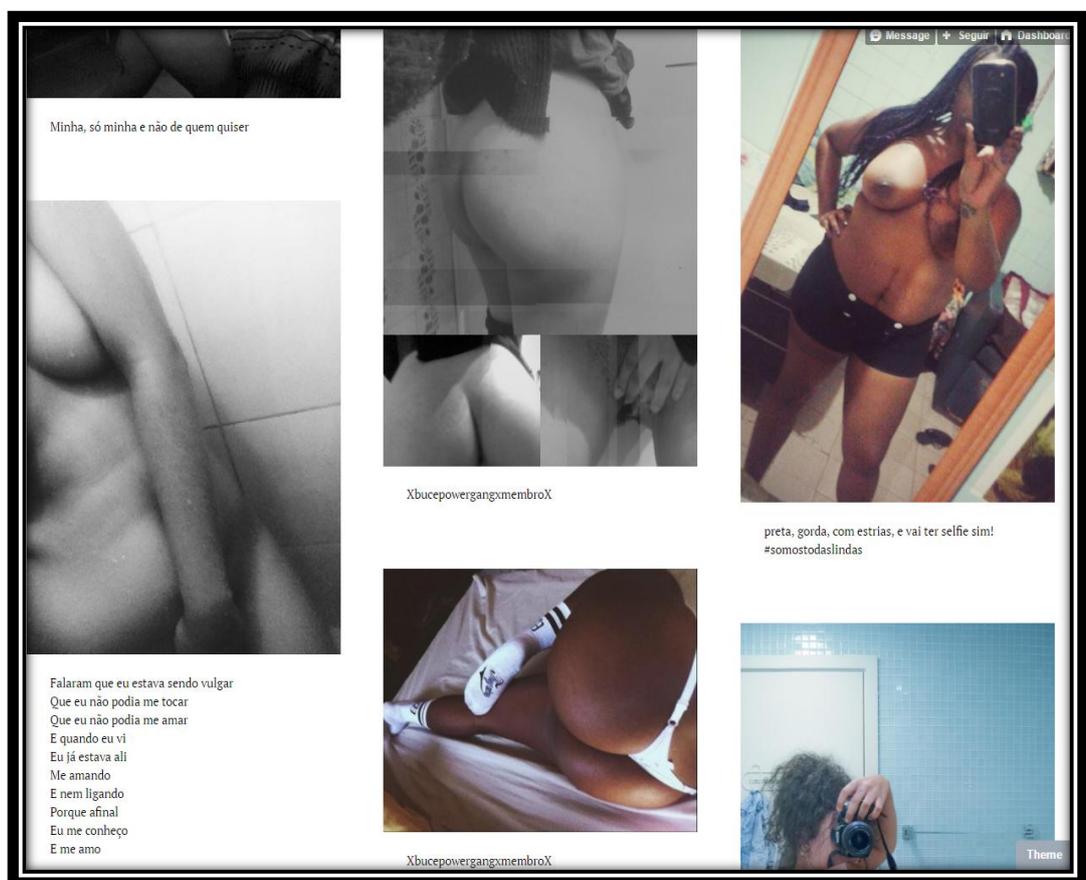


Figura 9 – Imagens enviadas para a conta de Tumblr Bucepower Gang

Ao que se refere ao conteúdo visual, majoritariamente estas apresentam imagens da nudez feminina (contendo ou não atos simbólicos como gestos que demonstrem amor próprio e a valorização de partes do corpo como o gesto feito com as mãos que representam a genitália feminina). Algumas destas mulheres retratam apenas algumas partes do corpo enquanto outras tiram retratos em que aparecem

por inteiro. Observa-se a presença de alguns gifs contendo atos sexuais e desenhos de corpos femininos.

Sobre os elementos textuais presentes, observa-se que esses são compostos pelas mensagens de três grupos distintos: as colaboradoras, visitantes do Tumblr e administradoras. Ao que se refere ao primeiro grupo, observa-se a presença de mensagens ligadas às questões de amor-próprio, feminismo (embate aos padrões estabelecidos) e diversas poesias. As mensagens deixadas pelos visitantes do Tumblr se dividem entre elogios, dúvidas e críticas. Quanto aos elogios, as mensagens revelam a importância da iniciativa no processo de aceitação do próprio corpo para as mulheres. Outro ponto se refere à sensação de liberdade advinda do envio das fotos presentes em alguns comentários disponibilizados no blog.



Figura 10 – Imagem enviada para a conta de Tumblr da Bucepower Gang

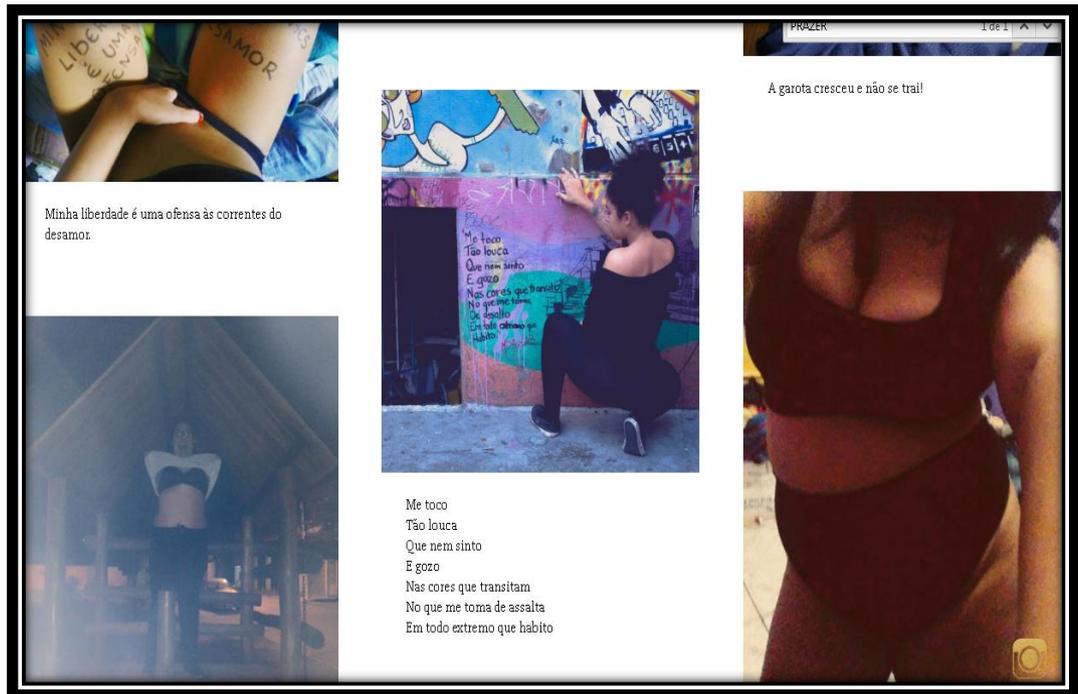


Figura 11 - Imagens enviadas para a conta de Tumblr da Bucepower Gang

Com relação às dúvidas, muitas são questões relacionadas ao feminismo e sobre os homens terem acesso a um espaço assim. Percebe-se que algumas dúvidas enviadas vêm carregadas de um tom machista e condenatório. As críticas (não são maioria) abordam alguns pensamentos comuns decorrentes do desconhecimento da luta feminista pela emancipação das mulheres. Como exemplo, comentários que apontam que pelos no corpo significam falta de higiene ou cuidado. A linguagem verbal refere-se à participação das administradoras, estas respondem as críticas, dúvidas e elogios com uma linguagem bastante acessível e a participação das mulheres que enviam poesias, desabafos, frases e textos.

Há também aqueles que se posicionam reiterando que sentem prazer e se masturbam ao visitar o Tumblr e aquelas que se preocupam ao pensar que homens terão acesso e irão considerar a 'pura pornografia'. A posição das administradoras é bastante clara, o espaço foi criado para as mulheres, homens não são o foco, como pode ser observado nos anexos do trabalho.

Ao que se refere à motivação para criação de tais estratégias e se estas teriam ligação ou não com uma experiência pessoal com um caso de pornografia não consensual, no caso da Bucepower Gang, observa-se que uma das integrantes foi vítima desta violência. Adjacente a isto, observa-se que as motivações para a

criação da Bucepower Gang são um somatório de percepções acerca das opressões sofridas pelas mulheres. A questão da aceitação sobre o próprio corpo, também se configura como um ponto fundamental para a criação da iniciativa. Ademais, observa-se o controle do corpo feminino e de suas escolhas sexuais como ponto de convergência entre as mulheres, mesmo que cada uma tenha suas próprias particularidades. Sobre isto, Tutti, uma das criadoras atenta:

Sim, nós estamos no mesmo barco, mas é evidente que isso não implica que o sofrimento da mulher branca não seja equiparável ao da mulher negra, o qual também não se compara ao de uma mulher transexual. Porém, ainda assim, a luta é a mesma quando o controle do corpo feminino e das suas escolhas sexuais é ainda tema para o político homem bater boca. (TUTTI, 2015)⁵⁰.

A percepção sobre um distanciamento entre mulheres na sociedade e nas redes também se configurou como um fator importante para a criação de uma iniciativa que buscasse aproximar umas às outras. Como aponta Cris (2015)⁵¹ observa-se que, mesmo havendo uma série de opressões que ligam as mulheres entre si, ainda ocorre a predominância de sentimentos ligados a exclusão ou solidão. A Bucepower Gang surge com intuito de romper esta lógica e aproximar as mulheres para que juntas fortaleçam a si próprias e a luta feminista.

8.2 CASO 2 - PROJETO CONSENT: A REIVINDICAÇÃO DO PRÓPRIO CORPO

Em 2011, Emma Holten que na época tinha 17 anos, foi vítima de pornografia não consensual quando teve fotos em que aparecia nua no quarto de seu ex-namorado disseminadas pela internet sem o seu consentimento. As imagens se espalharam rapidamente e foram disponibilizadas em diversos sites de pornografia. Quando Emma conseguiu abrir sua caixa de entrada e redes sociais, a garota dinamarquesa se deparou com centenas de mensagens que a fizeram refletir sobre o ocorrido.

⁵⁰ Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/read/a-bucepower-gang-a-nova-geracao-de-feminismo-no-tumblr> Acesso em: 15. mar. 2015

⁵¹ Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/read/a-bucepower-gang-a-nova-geracao-de-feminismo-no-tumblr> Acesso em: 15. mar. 2015

Justifica-se a escolha do caso de Emma Holten pela explicitação do olhar da vítima que escolheu confrontar o que lhe havia sido repetitivamente reforçado: que ela não era digna de valor nenhum. Assim, a proposta de Emma Holten se configura como uma forma de comunicação de resistência, pois a essência de seu projeto constitui-se como uma maneira encontrada para sobreviver, resgatar sua força e autoestima, recobrar a humanidade que lhe fora arrancada, mostrando que, apesar das dificuldades, foi possível resistir frente a todos os insultos que lhe foram dirigidos.

Se você fica exposto à objetificação das mulheres por muito tempo, um dia, vai internalizá-la. Pior ainda, aqueles que estão sendo objetificados vão internalizar também. Quando te dizem vezes suficientes que você não merece ser tratado como alguém de valor, você fica deitado na cama à noite e começa a concordar. Tem sido uma tarefa enorme para mim reunir qualquer tipo de autoestima após ter sido informada todos os dias durante três anos que eu não mereço isso. Eu passei muito tempo pensando em como eu poderia parar de odiar meu corpo. Eu culpava-o para minha humilhação. Por que as pessoas me tratam dessa maneira? Será que eu nunca mais serei capaz de olhar para mim e ver um ser humano? Não há solução fácil para tais pensamentos. Você está preso entre o desejo de nunca mais ser visto novamente e uma determinação de não viver uma vida governada por vergonha. (HOLTEN, 2013, Tradução Livre)⁵².

Destaca-se ainda que sua atitude se coloca contra a hegemonia dos discursos que já esperam que a vítima se mantenha calada e não busque chamar ainda mais a atenção. Em entrevista para o site Hysteria⁵³, Emma discorre sobre o sentimento oriundo dessa desumanização que se fez tão presente nas falas dirigidas até ela.

Eram mensagens de homens de todo o mundo. Meninos, adolescentes, estudantes universitários, pais de família. A única coisa que eles tinham em comum era que eles eram todos homens. Eles sabiam que era contra a minha vontade, que eu não queria estar nesses sites. A constatação de que a minha humilhação girou sobre eles me fez sentir com um laço em volta do

⁵² 'For, if one is exposed to the objectification of women for long enough, one will internalize it. Worse, those who are objectified will internalize it too. When you are told enough times that you do not deserve to be treated as someone of worth, you lie in bed at night and begin to agree. It has been a huge task for me to muster any kind of self-worth after being told every day for three years that I don't deserve it. I've spent a lot of time thinking about how I could possibly stop hating my body. I blamed it for my humiliation. Why did it make people treat me that way? Would I ever be able to look at myself and see a human being? There is no easy solution to such thoughts. You are caught between a wish to never be seen again and a determination not to live a life ruled by shame.'

⁵³ Disponível em: <<http://www.hystericalfeminisms.com/consent/>> Acesso em: 29 mai. 2016

meu pescoço. A ausência de consentimento era erótica, o meu sofrimento era apreciado. É uma coisa ser sexualizada por pessoas que são atraídas por você, mas é outra coisa bem diferente quando há a falta de um "você", quando a desumanização, é o principal fator. (HOLTEN, 2013).

Assim como comumente ocorre na maioria dos casos de pornografia não consensual, Emma foi alvo de mensagens e julgamentos cheios de ódio: “Homens diziam que eu era tão nojenta que deveria me matar e alguns pareciam muito fascinados com a vergonha sexual nelas. Perguntavam se minha família sabia, por exemplo” (HOLTEN, 2013)⁵⁴. A partir de sua experiência, Emma argumenta que não existem dúvidas quanto à pornografia consensual ser um fetiche e traz um exemplo em sua fala referente à romantização deste fenômeno, como é o caso das imagens veiculadas nos principais meios midiáticos de garotos espiando mulheres através de fechaduras, por exemplo. Outro ponto que se relaciona a este contexto se refere também a superexposição de mulheres famosas onde ‘flagras’ de partes de seus corpos ou relações íntimas são altamente veiculadas pela mídia. Emma argumenta que esta fetichização faz com que as imagens se disseminem ainda mais rápido, nas quais o corpo não necessariamente é o fator mais relevante, mas sim a situação degradante de ser alguma imagem vazada (HOLTEN, 2013). Assim como já apresentado neste trabalho, vale ressaltar a existência de sites de pornografia especializados em conteúdos advindos de pornografia não consensual, bem como aqueles que se dizem contra, mas que, simultaneamente, não conferem a origem do material disponibilizado, dando margem para que conteúdos adquiridos sem o consentimento sejam veiculados.

Esta dinâmica é um lugar-comum online e é uma manifestação concreta de um discurso maior em torno do corpo feminino, a noção de que é erótico sexualizar alguém que não tem conhecimento. Nós todos sabemos as categorias: a professora sexy, aluna, enfermeira, garçonne, bartender, médica. Todos os trabalhos, se realizado por mulheres, podem ser sexualizados. O que é sexy não é o trabalho, nem mesmo a mulher, mas o fato de que enquanto a mulher está apenas fazendo seu trabalho você está secretamente sexualizando ela. Ela tornou-se propriedade pública simplesmente por existir? (HOLTEN, 2013, Tradução Livre)⁵⁵.

⁵⁴ Disponível em: < <http://www.hystericalfeminisms.com/consent/> > Acesso em: 29 mai. 2016

⁵⁵ ‘This dynamic is a commonplace online and is a concrete manifestation of a larger discourse around the female body, the notion that it is erotic to sexualise someone who is unaware. We all know the tropes: the sexy teacher/student/nurse/waiter/bartender/doctor. All jobs, if staffed by women, can

Sob a ótica de quem sexualiza e acredita estar no direito de verbalizar ou partir para alguma ação, não importa o que a mulher está fazendo. Nas palavras de Emma “o perigo não está na excitação ou em achar outra pessoa excitante, mas na ideia de que uma situação sexualmente excitante no qual duas pessoas participam, pode existir sem o consentimento de uma das partes” (HOLTEN, 2013). Emma ainda adentra a questão do assédio nas ruas e chama atenção para o reforço que ocorre a partir destas atitudes sobre a ideia de que mulher não pertence a aquele espaço. Através de cantadas, piadas e comentários feitos por homens às mulheres nas ruas, estes se sentem no direito de exprimir o que acharem conveniente sobre a mulher que passa. Pautados na ideia de que lugar de mulher não é no espaço público, o homem pode falar (e fazer) o que quiser para aquela que está “onde não deveria”. Neste contexto, uma situação não sexual, de uma mulher estudando, trabalhando, cuidando de seus filhos, fazendo compras, por exemplo, passa a ter teor sexual para apenas uma das partes, sendo o consentimento da segunda ignorado.

A estratégia de comunicação de resistência apresentado neste trabalho refere-se à atitude que Emma julgou pertinente após o desgastante processo pelo qual foi submetida. Emma decidiu posar nua em um ensaio fotográfico intitulado *Consent*, em português, Consentimento, que no nome já carrega sua essência. Emma ressalta que sem consentimento, só há violação, não existe nada de sexual ou aceitável naquilo que é feito sem que todas as partes envolvidas concordem (HOLTEN, 2013)⁵⁶. No ensaio, a dinamarquesa reivindicou o direito do próprio corpo e buscou ser retratada de um modo que as fotos refletissem sua humanidade. A escolha de cenas comuns busca desmistificar esse pudor colocado sobre a nudez, Emma está nua, mas está realizando atividades corriqueiras a qualquer ser humano, como escovar os dentes, ler livros, olhar-se no espelho. Há também fotos em que aparecem cicatrizes ou apenas Emma sorrindo.

be sexualised. What is sexy is not the job, not even the woman, but the fact that while the woman is just doing her job you are secretly sexualising her. She has become public property by simply being?’

⁵⁶ Disponível em: <<http://www.hystericalfeminisms.com/consent/>> Acesso em: 29 mai. 2016

Emma colocou-se como sujeito sexual e negou a posição de objeto que haviam lhe atribuído. Posto isto, observa-se novamente a exposição do corpo nu tendo como pressuposto fundamental a própria vontade da mulher para confrontar os discursos opressores e condenatórios infligido a elas.

Diversas pessoas se dirigiram a Emma dizendo que publicar seus próprios *nudes* seria uma exposição ainda maior do que quando suas fotos haviam sido divulgadas anteriormente. Sobre isso, Emma argumenta que tais reações a assustaram pela dificuldade das pessoas em não enxergarem a diferença entre algo que ela mesma escolheu fazer e algo que foi feito contra sua vontade (HOLTEN, 2013)⁵⁷. É preciso ressaltar que existem diversas formas e iniciativas que buscam o enfrentamento dessas práticas, que não necessariamente utilizam o corpo como maior símbolo de resistência frente a todos estas violências. Emma ressalta todos os privilégios que possui, desde ser branca, magra, ter uma família e um chefe que a apoiaram e compreende que não são todas as pessoas que poderiam (ou gostariam) de agir dessa maneira, mas justamente por ela ter vislumbrado que havia a possibilidade de seguir questionando a violência que sofreu, decidiu realizar o ensaio (HOLTEN, 2013)⁵⁸. Ademais, após o ocorrido, ao acompanhar as discussões sobre pornografia não consensual não se sentiu confortável e contemplada, Emma argumenta que havia um forte teor machista e degradante sobre as vítimas. Nesse sentido, Emma ressalta que comumente as vítimas de pornografia não consensual são colocadas como mulheres ingênuas, que não sabiam o que estavam fazendo, de modo que aparentava como se, em todos os casos, houvesse um arrependimento das mulheres de terem tirado fotos ou feito vídeos (HOLTEN, 2013)⁵⁹. Assim, reitera-se que o cerne da questão não diz respeito à produção do material que é feito respeitando a vontade de todos os envolvidos, mas sim, aos problemas gerados pela exposição/produção sem esse fator fundamental que é o consentimento.

⁵⁷ Disponível em: <<http://www.hystericalfeminisms.com/consent/>> Acesso em: 29 mai. 2016

⁵⁸ Disponível em: <<http://www.hystericalfeminisms.com/consent/>> Acesso em: 29 mai. 2016

⁵⁹ Disponível em: <<http://www.hystericalfeminisms.com/consent/>> Acesso em: 29 mai. 2016

Com relação à metodologia utilizada, apresenta-se a primeira categoria delimitada para análise que se refere às imagens apresentadas no projeto *Consent*. O projeto se caracteriza por ser um ensaio fotográfico nu de Emma Holten, a qual é retratada realizando atividades cotidianas. São imagens de Emma realizando atividades comuns. Como já apresentado, um dos intuitos de Emma, ao ser retratada nua em cenas bastante corriqueiras, foi à tentativa de resgatar a humanidade que lhe fora arrancada através da pornografia não consensual.



Figura 12 – Emma Holten escovando os dentes no ensaio '*Consent*'

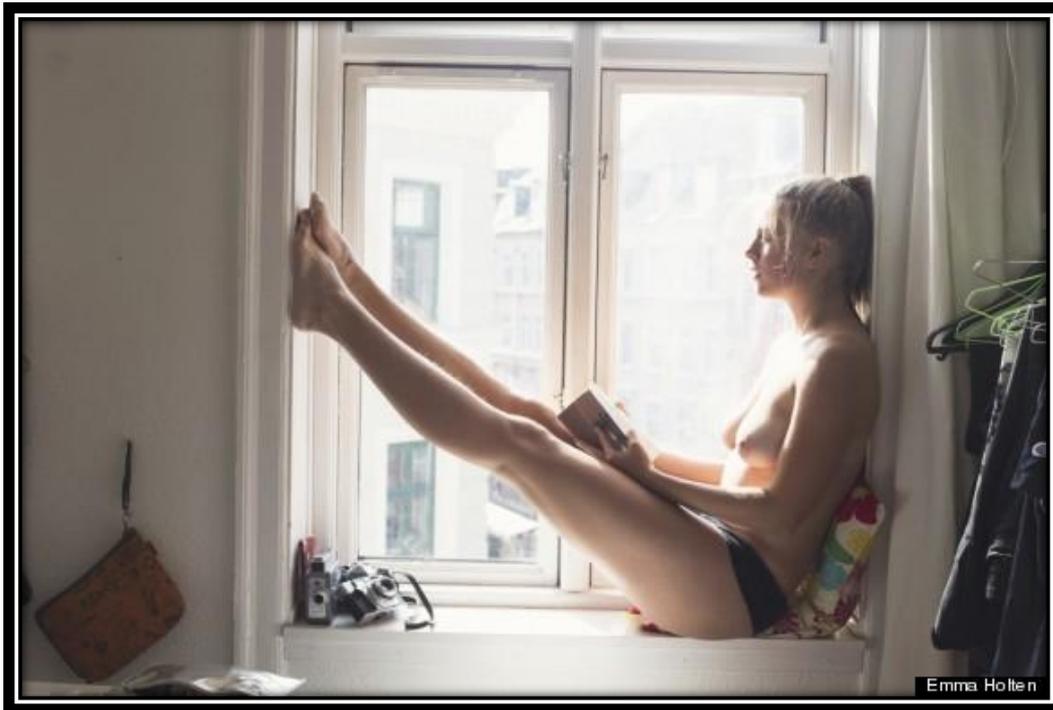


Figura 13 – Emma Holten no ensaio ‘Consent’

Sobre os elementos textuais, esses não acompanham as imagens. Não foi possível identificar qual foi o primeiro veículo que publicou o ensaio, mas a partir da pesquisa exploratória realizada, entrevistas e falas de Emma em diferentes blogs e sites foram identificados. Emma se tornou uma ativista que luta pelos direitos das mulheres e que pauta a pornografia não consensual como crime intrinsecamente ligado às questões de gênero. O presente estudo privilegiou as falas da dinamarquesa disponibilizadas no Portal Hysteria que se caracteriza por ser uma plataforma feminista que veicula materiais produzidos de diversas naturezas (poesia, depoimentos, ensaios entre outros) por entender que o material se configura como um depoimento puro de Emma sobre o ocorrido e sua iniciativa. Sobre as imagens, Emma apresenta:

As imagens são uma tentativa de tornar-me um sujeito sexual, em vez de um objeto. Eu não tenho vergonha do meu corpo, mas é meu. O consentimento é fundamental. Assim como estupro e sexo não têm nada a ver uns com os outros, imagens compartilhadas com e sem consentimento são coisas completamente diferentes. (HOLTEN, 2013, Tradução Livre)⁶⁰.

⁶⁰ ‘The pictures are an attempt at making me a sexual subject instead of an object. I am not ashamed of my body, but it is mine. Consent is key. Just as rape and sex have nothing to do with each other, pictures shared with and without consent are completely different things.’

Assim, apresentam-se aos motivos que levaram a criação desta estratégia de resistência. Emma ao ser vítima de pornografia não consensual quando tinha apenas 17 anos enfrentou uma violência que se mostra capaz de destruir vidas e criar marcas difíceis de apagar. Ao se deparar com suas imagens expostas em sites de pornografia contra sua vontade e com os inúmeros insultos que lhe foram direcionados Emma, em entrevista à Revista Elle⁶¹, dois anos mais tarde, se pronunciou pelo ocorrido:

A experiência é horrível, mas o fato é que você não tem ideia de como as coisas vão acabar. Eu não sabia quanto tempo iria durar, eu não sabia as maneiras em que isto iria afetar minha vida pelos próximos quatro anos. Eu sou uma vítima privilegiada disto. Eu sou branca, magra, tenho acesso à educação gratuita no meu país, eu tenho um chefe que não foi crítico. Isto tem sido fundamental para deixar o meu abuso para trás, porque eu tinha um sistema de apoio que me manteve no lugar. É por isso que eu tento evitar falar sobre a minha própria experiência pessoal. As possibilidades que estão disponíveis para mim não são para todos, e, portanto, o que eu fiz não é uma solução para todos [...] (HOLTEN, 2013. Tradução Livre)⁶².

É importante frisar esta ressalva de Emma sobre a possibilidade de outras vítimas utilizarem da mesma estratégia para confrontar tais violências, neste contexto houve um somatório de aspectos que foram fundamentais para que ela conseguisse reunir forças para criar um novo discurso sobre si mesma. As estratégias não são universais, mas inauguram importantes questionamentos e contornos para a discussão. Assim, observa-se que a estratégia utilizada por Emma, configurou-se como uma importante ação ao questionar os discursos condenatórios que tentaram lhe negar como sujeito e colocá-la como mero objeto sexual.

⁶¹ Disponível em: <<http://www.elle.com/culture/career-politics/news/a19783/fighting-revenge-porn-with-nude-images/>> Acesso em: 29 mai. 2016

⁶² 'The experience is horrifying, but the fact is that you have no idea how things are going to pan out. I didn't know how long it would last, I didn't know the ways in which this was going to affect my life for the next four years. I am a very privileged victim of this. I am white, skinny, I have access to free education in my home country, I have a boss who isn't judgmental. This has been paramount to my moving past my abuse, because I had a support system that kept me in place. This is why I try very hard to avoid talking about my own personal experience. The possibilities that are available to me are not to all, and thus what I have done is not a fix for all [...]'

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi apresentado no trabalho ressalta-se a relevância da profissão de Relações Públicas ao contribuir para a promoção de mudanças na sociedade primando pela autonomia, liberdade e bem-estar dos indivíduos. Nesse sentido, através da atuação como relações públicas busca-se uma sociedade mais justa e livre de discriminações.

Observa-se que pornografia não consensual tem sido cada vez mais utilizada como meio de infligir dor e vergonha aos indivíduos, principalmente às mulheres, que se caracterizam por serem as principais vítimas. Nesse sentido o presente estudo buscou apresentar às questões que circundam esta prática e os porquês de serem as mulheres as principais afetadas. Diante do que foi exposto no estudo, é possível perceber que as questões de gênero estão intrinsecamente ligadas à pornografia não consensual, que se caracteriza por ser mais uma forma de violência advinda de um sistema patriarcal que restringe e condena o exercício da sexualidade feminina. A divulgação de imagens ou vídeos íntimos sem consentimento traz inúmeros prejuízos à vida das vítimas e as consequências podem ser bastante graves resultando até mesmo na morte.

Posto isto, o trabalho buscou expor como o processo de midiatização da sociedade, principalmente ao que se refere ao crescente uso da tecnologia no cotidiano dos indivíduos, possibilitando um maior crescimento (e alcance) dessas práticas nocivas. Ressalta-se que a violência de gênero antecede ao advento das novas mídias, mas que, com o grande espectro de possibilidades que a tecnologia oferece, o indivíduo decide por si qual é o uso que fará destas ferramentas que estão a sua disposição, resultando em uma potencialização do fenômeno. Com relação à discussão em torno da criminalização da pornografia não consensual no Brasil, observa-se que esta ainda é recente, mas tem ganhado cada vez mais força após casos trágicos que ocorreram em âmbito nacional e trouxeram o tema à tona. Embora não existam dúvidas de que os responsáveis pela divulgação devam responder por seus atos e prejuízos gerados às vítimas, nota-se a necessidade de discutir a pornografia não consensual também ao que se refere ao livre exercício da

sexualidade feminina. Reitera-se que a liberdade sexual da mulher não deve ser motivo de piada ou difamação e que é preciso questionar as expectativas em torno do que seria adequado a uma mulher ou não, cabendo apenas a elas decidir o que ser e o que fazer.

O presente estudo apresentou a comunicação de resistência como uma das possíveis formas de enfrentamento da pornografia não consensual. Neste contexto, a comunicação é utilizada como meio de ressignificação dos discursos condenatórios que permeiam a sexualidade feminina. Na análise dos casos foi possível perceber o exemplo de mulheres que reivindicam seus corpos e que, através da exposição consentida, buscam trazer novos entornos para a discussão. Um dos exemplos trazidos foi a Bucepower Gang que se configura como uma forma de resistência, entre tantas outras razões, também por criar um espaço criado por mulheres e para mulheres. No projeto de Emma observa-se a grande ênfase dada ao pressuposto fundamental para o desenvolvimento de qualquer relação que é o consentimento. O ensaio fotográfico nu de Emma foi feito buscando retratá-la em cenas cotidianas na tentativa de enfrentar os discursos que a desumanizaram quando foi vítima de pornografia não consensual.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cida. **Pornografia de vingança roupa nova para velha opressão sobre as mulheres e seus corpos.** 25 mai. 2015. Disponível em: http://toleranciaecontentamento.blogspot.com.br/2015_05_01_archive.html Acesso em: 10 mar. 2016.

ARONOVICH, Lola. **Cultura de Estupro? Não, imagine!** 01 ago. 2012. Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2012/08/cultura-de-estupro-nao-imagine.html>. Acesso em: 27 mai. 2016

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo – A experiência vivida.** São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1967.

_____. **O segundo sexo – Fatos e mitos.** São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1970.

BERNARDES, Marcia. **Uma reflexão inicial sobre feminismo na internet: gênero e corpo.** São Paulo, 2014. http://www.espm.br/download/Anais_Comunicon_2014/gts/gt_cinco/GT05_MARCIA_BERNARDES.pdf

BRAGA, João. L. **Midiatização: a complexidade de um novo processo social.** 2009. Disponível em: [Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2477&secao=289>](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2477&secao=289) Acesso em 29. Mai. 2016.

BUTLER, Judith R. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade.** Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

DREZETT J. **Estudo de fatores relacionados com a violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres adultas.** São Paulo, 2000. (Tese - Doutorado – Centro de Referência da Saúde da Mulher e de Nutrição, Alimentação e Desenvolvimento Infantil).

DOWNING, John. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais.** São Paulo: SENAC, 2004.

FARIA, Juliana de. **F.A.Q Jurídico: Violência Virtual,** 2014. Disponível em: [<http://thinkolga.com/2014/04/01/f-a-q-juridico-violencia-virtual/>](http://thinkolga.com/2014/04/01/f-a-q-juridico-violencia-virtual/) Acesso em: 31 dez. 2015.

FREITAS, Clara. **Dos diários aos blogs: construção da subjetividade feminina.** Trabalho de Graduação (Bacharelado em Jornalismo) – Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2013.
<http://www.com.ufv.br/pdfs/tccs/2012/ClaraFreitas.pdf>

FRAGA, Vitor. **PL criminaliza divulgação de vídeos e fotos íntimas na internet,** 2014. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.oabrj.org.br/materia-tribuna-do-advogado/18053-Intimidade-que-ferre>> Acesso em: 20. Set. 2015

GIONGO, Marina. **Madalenas modernas e um caso de pornografia de vingança: reflexões sobre gênero, sexualidade e cidadania na educação** 2015
<http://www.ufrgs.br/sicp/files/2015/09/MARINA-GRANDI-GIONGO.pdf>.

GOMES, Marilise Mortágua. **As Genis do Século XXI: análise de casos de pornografia de vingança através das redes sociais.** 68 f. Trabalho de Graduação (Bacharelado em Jornalismo) – Setor Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** - Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 3 A ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, (2003).

HJARVARD, Stig. 2013. **Miaditização: Teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural.** In: Matrizes, Ano 5, Nº 2 jan./jun. 2012 - São Paulo - Brasil. <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/338>. Acesso em: 20. mar. 2015

HEILBORN, Maria Luiza. **Construção de si, gênero e sexualidade.** In: HEILBORN, Maria Luiza. (org.). Sexualidade: o olhar das ciências sociais, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999.
http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/97_1512_contrucaodesi.pdf. Acesso em: 20. mar. 2015

HOLMES, Sally. **Fighting Revenge Porn with nude images.** Disponível em: <http://www.elle.com/culture/career-politics/news/a19783/fighting-revenge-porn-with-nude-images/> Acesso em: 29 mai. 2016

HOLTEN, Emma. **Consent.** Disponível em: <<http://www.hystericalfeminisms.com/consent/>> Acesso em: 20 mar. 2016.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura.** Petrópolis: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Eudes Quintino. **A nova lei Carolina dieckmann**. Disponível em <<http://eudesquintino.jusbrasil.com.br/artigos/121823244/a-nova-lei-carolina-dieckmann>> Acesso em 08 mar. 2016.

KRUG, Etienne G.; DAHLBERG, Linda L.; MERCY, James A.; ZWI, Anthony B.; LOZANO, Rafael. (Eds.). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial de Saúde, 2002

KATZ, Helena; Greiner, Christine. **Por uma teoria do corpomídia**. In Greiner, Christine. O corpo. Pistas para estudos indisciplinados. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

LEONEL, Rose. **“Agressores de crimes na internet ainda são poupados pela sociedade machista”**, diz vítima durante fórum. 02 fev 2014. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2014/12/agressores-de-crimes-na-internet-ainda-sao-poupados-pela-sociedade-machista-diz-vitima-durante-forum.html>. Acesso em: 10 mar. 2016.

MANGIERI, Barbara. **Vítimas de Revenge Porn aumentaram 110%**, 2014. Campinas. Disponível em: <barbaramangieri.wordpress.com/2014/05/05/vitimas-de-revenge-porn-aumentaram-110-segundo-safernet/>. Acesso em: 29 de maio de 2014.

MELO, Camila Olivia de. **Do palco ao asfalto, dos meios aos corpos**: observando os tentáculos da performance-polvo como estratégias comunicativa-educativa. 130 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Setor de Ciências Humanas, Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná –Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

PERUZZO, M. Cecília. **Relações públicas, movimentos populares e transformação social**. Revista Brasileira de Comunicação, São Paulo, Intercom, n.2, jul./dez.1993. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-relacoes-publicas.pdf>> Acesso em: 03 jun. 2016.

_____. **Revisitando os conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária**. 2006. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>> Acesso em: 20 mai 2016.

PETROSILLO, Isabela Rangel. **A nudez sob os olhos que a possuem**: reflexões sobre o corpo feminino e a construção de reputação no ciberespaço. Revista Ensaio, Rio de Janeiro, Vol.8, p. 225, jan/jun de 2015.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero, a história de um conceito**. In: Almeida, H.B. de; SAWAKO, J.E. (Orgs.) Diferenças, Igualdade. São Paulo: Berleandis & Vertecchia, 2009. p. 118-146.

RAMOS, Jair S. **A sexualidade como campo de batalha na internet**: grupos religiosos e movimentos feminista e LGBT na luta em torno dos direitos sexuais. In: Anais do 37º Encontro Anual da Anpocs, Águas de Lindóia, 2013. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=8576&Itemid=205>. Acesso em 02 out. 2016.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais no Ciberespaço**: Uma proposta de Estudo. 2005. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/intercom2006.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016

_____. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura)

ROSA, Brunna. **Femicídio 2.0: Mídias digitais, tecnologia e violência contra a mulher**. 2013. Portal Gelédes. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2013/12/femicidio-2-0-midias-digitais-tecnologia-e-violencia-contra-a-mulher/>. Acesso em: 29 mai. 2016.

SCAVONE, Lucila. **Estudos de Gênero**: uma sociologia feminista? Estudos Feministas, Florianópolis, vol. 16 n.1, p.173-186, jan/abr. 2008.

SEMÍRAMIS, Cíntia. **Cultura do estupro**. Artigo publicado na Revista Fórum nº 18, janeiro de 2013, p. 22-23.

SGORLA, Fabiane. **Discutindo o processo de mediação**. Mediação, Belo Horizonte, v. 9, n. 8, jan/jun de 2009. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/mediacao/article/view/285>. Acesso em: 28 mar.2016.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo Internet. 2008. http://www.moodle.ufba.br/file.php/10203/Textos_web_2.0/O_show_do_eu.pdf. Acesso em: 16 mar. 2016

SILVA, César Dario Mariano da. **Primeiras impressões sobre o feminicídio – Lei nº 13.104/2015**. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_criminal/Artigos/Primeiras%20impress%C3%B5es%20sobre%20o%20feminic%C3%ADdio.pdf. Acesso em: 29 mai. 2016.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. TRADUÇÃO: Christine Refine Dabat Maria Betânia Ávila Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p.5. Disponível em: <<http://www.observem.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf>> Acesso em: 20 out. 2015

VERÓN, Eliseo. **El living y sus dobles**: arquitecturas de la pantalla chica. In: _____. El cuerpo de las imágenes. Buenos Aires: Editorial Norma, 2001. Disponível em: <<http://ariel-amadio.com/docencia/wp-content/uploads/2013/08/El-living-y-sus-dobles-Eliseo-Veron.pdf> > Acesso em: 09 mar. 2016

WOITOWICZ, Karina J. **Comunicação, Cultura e Resistência**: da folkcomunicação aos estudos culturais, aproximações e diálogos entre Luiz Beltrão e Stuart Hall 2014. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.razonypalabra.org.mx/N/N87/V87/09_Woitowicz_V87.pdf&gws_rd=cr&ei=NKQ_V4Y8yZrCBPOSomg. Acesso em: 10 mai. 2016

WOLF, Nathalia. **O Mito da Beleza**: Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rocco, 1992.

ZAMORRA, Maria Helena. **A Burca**: notas para a compreensão do estupro. Revista vivência, n. 32, 2007. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/vivencia/sumarios/32/PDF%20para%20INTERNET_32/CAP%2020_MARIA%HELENA%20ZAMORRA.pdf.> Acesso em: 20 mar. 2016

ANEXOS

ANEXO I – Resposta das integrantes da Bucepower Gang

COMENTÁRIO ENVIADO NO TUMBLR: *“BATO PUNHETA VENDENDO ESSAS FOTOS MESMO. CONTINUEM MANDANDO MAIS FOTOS. OBRIGADO.”*

Resposta das integrantes do grupo:

“Bom, como recebemos mensagens desse tipo com alguma frequência, achamos melhor esclarecer algumas coisas.

Esse projeto, que vocês podem acompanhar aqui pelo tumblr, foi idealizado, feito e é mantido por mulheres. Mulheres com vivências muitas vezes doloridas, lotadas de opressão, vergonha e silenciamentos. É feito por quem sente na pele dia após dia o peso de ser invisível dentro da sociedade, e falamos de política, não de pagar menos na boate. Por quem tem seus direitos deturpados e roubados. Todas aqui lutaram para conquistar o amor-próprio que nunca nos é dado de bom grado, nunca nos é devido. Nós lutamos, juntas e separadas, todos os dias de nossa caminhada para ter voz, essa que muitos insistem em nos negar como acontece quando recebemos uma mensagem como essa, que tenta de todo modo nos invisibilizar e nos jogar de volta para um canto escuro onde somos bombardeadas pela vergonha e julgamento. Acontece que aqui somos todas emponderadas, caminhamos para isso, nos unimos para conversar com nossas irmãs, para dividir e dizer “irmã, você não é mais refém desses padrões e julgamentos, você não é mais invisível, sua voz será ouvida”. O BPG é de mulheres para mulheres, e são elas que nos interessam. Vocês podem vir de zé pequenice tentando calar nossa luta, abafar nossa voz e nos tirar o poder que hoje temos, mas não vão conseguir. Por mais que vocês se incomodem de ver surgir toda uma geração de mulheres que não vão se calar diante de suas atrocidades contra nossa classe, que não vão tremer com assédios, intimidações e tentativas de nos diminuir, nós não vamos parar. Punheta virtual não intimida quem vive à mercê de perigos reais. Vocês podem até tentar virar a cara, mas não vão conseguir ignorar por muito tempo que nós estamos cada dia mais conscientes, fortes e unidas. Vocês podem se incomodar e tentar nos desmotivar, mas aqui temos um propósito social e político. Por mais que tentem nos reduzir a objeto e que tenham que se utilizar dessa fala barata e rasa para nos invalidar, só reforçam a urgência da nossa luta. Nós não cedemos à intimidações baratas. Esperamos que essa resposta seja clara. Aqui homens e suas punhetas covardes não importam, queremos união com nossas IRMÃS e o poder que nos é devido.”

ANEXO II – Depoimento enviado para Bucepower Gang

Eu acho engraçado, que quando se trata de grandes e famosas revistas ou mídia em geral, a sensualidade nunca é alvo de críticas, é admirada, sem ninguém ficar julgando a dona da imagem. Mas quando se trata de uma mulher comum da vida real, com corpo real, vem toda uma sociedade educada no patriarcado onde até mesmo suas iguais a condenam e ofendem por amar o seu corpo. Em toda a história da arte apreciamos o corpo nu na sua mais pura beleza, mas quando se trata de mim ou de outra mulher que passa a reconhecer a arte de suas curvas, nos sexualizam, nos censuram, nos oprimem, nos xingam “Putá!” “Vagabunda” “Só quer se mostrar”, e acredito que a constituição nos concede o direito sobre nosso corpo e imagem e te dá o dever de não manchar minha honra e dignidade. Não, eu não quero me mostrar. Acontece que O MEU CORPO NÃO É PORNOGRAFIA! O meu corpo é arte e eu como apreciadora da arte vou fotografar e mostrar minha arte para o mundo para que eles possam ADMIRÁ-LA. E como peças de arte em um museu ou galeria: VOCÊ NÃO PODE TOCAR! Parem de criminalizar minha sexualidade, minha sensualidade. Parem de objetificar o meu corpo. O meu templo é sagrado e deve ser respeitado. “Eu tô cansada de tanta caretice, tanta babaquice, e desta eterna falta do que falar!”

ANEXO III – Depoimento enviado Bucepower Gang

Essa foto diz muito sobre mim.
Tem meu trampo como fotógrafa.
Tem o quartinho que eu moro de favor, até conseguir
minha casa, devido a separação.
Tem a ausência da minha filha.
Tem meus peitos caídos, flácidos e desajeitados
quando me mexo, por amamentar por um ano.
Tem minhas curvas pós gravidez.
Tem minha tatuagem que me denuncia como felina,
com dizeres em Suahili, que me fazem lembrar os
meus anos na África.
Tem cicatrizes acidentais, outras não, já quase
apagadas com o tempo, que cura corpo e alma.

Essa foto me tem por inteira, e eu me tenho também.
E isso basta.

Bucepower, pra mim, é o poder que a gente tem de
ser suficientemente boa pra nós mesmas.
O resto é o resto.

Obrigada pelo espaço irmãs!

ANEXO IV – Pergunta para Bucepower Gang

Anonymous asked:

Uma coisa q eu não entendo é: qual é o problema de um homem ver uma mulher q ele ache atraente e sentir desejo sexual?

Não existe problema nisso! Se a mulher estiver de acordo e ambos compartilharem do mesmo sentimento podem e devem se relacionar livremente.

a-ironia asked:

Oi meninas adorei a iniciativa, o espaço para liberdade e todos os ideais que defendem aqui, parabéns a todas. +

Obrigada moça! Estamos juntas!

ANEXO V – Pergunta e Resposta Bucepower Gang

Eu pergunto: Olhar para o mundo e acreditar que todos (ou a grande maioria) pensam igual não é ser intolerante? Tem mina depilada, tatuada, bronzeada e com foto tratada com filtros que escondem o motivo do orgulho da iniciativa, que é o corpo como é. Não estariam aproveitando apenas a exposição sendo coniventes?

Achei difícil passar aqui e não comentar. F. “

-

BUCEPOWERGANG::

Olá F.

Sabemos que existem homens conscientes e que tem preferencias diferentes do padrão imposto PORÉM você pergunta se não é intolerancia “acreditar” que todo mundo pensa igual e eu te pergunto se não é hipocrisia você supor que nós do bpg e milhares de feministas estão simplesmente generalizando ao dizer e expor situações machista e como a sociedade é patriarcal e repressora? Se você acredita que exista sim machismo no mundo você deve imaginar que não estamos apenas ‘generalizando’ e olhando o mundo com um olhar exagerado, nós vivenciamos isso no nosso dia a dia e sabemos o quanto é real porque sentimos na pele. Sobre ter “mina depilada, tatuada, bronzeada” eu não entendi o seu ponto, a proposta é de unir várias mulheres de todos os biotipos então sim vai ter tatuada, depilada, peluda, magra, gorda. A grande maioria das fotos postadas são caseiras, no máximo tem um filtro de cor colocado pelo celular e não nenhum filtro especial ou tratamento de photoshop para esconder qualquer coisa afinal o tumblr é para mostrar a beleza do corpo feminino com todas as suas imperfeições e detalhes que não são aceitos no padrão, a proposta é bem clara.

ANEXO VI – Definição Bucepower Gang e depoimento

<p>O Termo: BUCEPOWER</p> <p>Aqui no Brasil, mulheres independentes que: fazem o que querem, que ganham o seu dinheiro, que transam com quem quiserem... são oprimidas pela objetificação, pelo sexismo linguístico, taxadas de termos como “putas” “vadias”... e na verdade são PUSSY POWERS ↔ BUCEPOWERS. Dai, veio toda vontade de criar e fomentar o termo!</p>	<p>Se eu fosse um garoto Eu não precisaria ter que escolher Entre uma ou outra Se eu fosse um garoto, eu teria todas Sem me importar se estou sendo “escroto” E não encararia um discurso tolo Sorria pra quem eu quisesse Não precisaria voltar pra casa fazendo preces Sem provar a ninguém Que não sou Maria isso ou Maria aquilo Seria mais bem aceito E não precisaria desistir tanto quanto ... garotas Sequer me preocuparia com os meus quilos Nem saberia o que é regime E o amor seria livre Sentimento sublime Sem gente que reprime Se eu fosse um garoto Eu não passaria a noite acordada Lembrando de bofetadas Tapas na cara Teria noites de paz E transar não seria um crime Se eu fosse um garoto talvez não tivesse coração Mas não temeria qualquer agressão Seria pessoa livre Com direito de escolha Sem olhar pros lados Viveria dentro da minha própria bolha Mas eu sou uma garota Que perde o sono Porque aprendeu que só conta com a sorte Que chora, porque entendeu Que se existe sexo forte, É o meu! (VIA)</p>
---	--

ANEXO VII – Depoimento enviado para Bucepower Gang

<p>Hoje to bem, habito o corpo que ja tanto maltratei e odiei com mais amor, carinho e respeito pela pessoa que realmente sou. Nunca fui de me encaixar em nada, sempre meio alheia, um pouco perdida. Mas hoje sou mulher feita, completamente minha e inteiramente entregue à mim.</p> <p>Almas não têm donos, por isso transitamos livres, por isso a essência é indestrutível: podem tentar nos calar, mas nunca vão aprisionar o que existe dentro de nós. Não podem enjaular essência.</p>
--